

An aerial photograph of a coastal region, likely a lagoon or bay, with a grid overlay. The grid consists of solid vertical lines and dashed horizontal lines. The water body is prominent in the center and right, while the land is on the left and top. Some buildings and infrastructure are visible on the land.

Projeto Integrado Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro

CONSTRUINDO A LOMBA DO FUTURO

apresentação

O Projeto Integrado "Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro" ou simplesmente "Construindo a Lomba do Futuro" propõe um processo dinâmico e permanente, aberto ao pensar, agir, propor, construir um momento e ser continuamente reavaliado para adequar-se às novas realidades.

Esta publicação é um registro do que está acontecendo atualmente na região. Procura dar conhecimento aos moradores, estudiosos, políticos, administradores, a todos os interessados em discutir e propor soluções para os graves problemas da vida nas cidades. E mais que isto, pretende ser uma introdução ao processo de planejamento participativo, que reflete um caminho da sociedade em busca da participação democrática e responsável, através da articulação de diversos sujeitos e interesses em torno de um mesmo objetivo.

A intenção da equipe do projeto e da SPM é socializar o conhecimento acumulado até aqui e deixar registrado o que vem sendo feito para construir um projeto que se propõe a ser referência para outras comunidades. Nele foram introduzidos conceitos novos e uma metodologia de trabalho que se apóia num amplo processo de planejamento participativo na região. Isto serve não só para estimular a criatividade, mas para reacender a capacidade das pessoas de elaborarem as suas próprias soluções.

Seus resultados, ainda que parciais, pretendem comunicar os conteúdos que estão sendo trabalhados no Diagnóstico Integrado. Esta atividade vem sendo elaborada por meio de uma criteriosa avaliação dos fatores que influem no desenvolvimento da região, através da interpretação técnica e da visão da comunidade local. Alguns conteúdos estão explicitados em termos técnicos e outros não, possibilitando uma melhor compreensão das ações do projeto em andamento.

A publicação foi estruturada em quatro partes. Na primeira

é focalizada a legislação urbanística que deu origem ao Projeto Integrado Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro, sua linha de atuação e as diretrizes que marcaram o início dos estudos, incluindo o que julgamos ser avanços. Na segunda parte estão descritos os objetivos e etapas vencidas a partir das ações iniciais do projeto, em especial quanto à elaboração do Plano de Gestão Urbanístico Ambiental (PGUA). A partir dos conceitos e as avaliações técnicas detalhadas nesta etapa, resultarão as propostas para a regularização urbanística das ocupações, o sistema viário principal, a criação de um parque ao longo do Arroio Taquara e ações de desenvolvimento econômico.

Na terceira parte encontramos a definição mais clara de como este estudo foi se ampliando e os passos dados para avançar. Nesta trajetória foram se agregando novos personagens, interpretando a realidade sob o olhar atento dos moradores que vivem e conhecem o lugar melhor que ninguém. Cabe a eles fazer um diagnóstico rápido e participativo, indicando problemas, potencialidades e propostas.

E por fim, na quarta parte, há um resgate da história do bairro e foram incluídos depoimentos que nos entusiasmam a continuar neste caminho de descoberta e de um intenso intercâmbio de saberes. Para o final de 2003 estamos comprometidos com as conclusões que serão elaboradas e apresentadas a todos os participantes do que chamamos de Diagnóstico Integrado. Não encerramos um ciclo, mas uma etapa importante de resultados capazes de dar o pontapé inicial para o desenvolvimento urbano ambiental da Lomba do Pinheiro.

Equipe Básica do Projeto Integrado

PROJETO ESPECIAL EM POA

O Contexto Urbano

Porto Alegre tem se preocupado com o acelerado processo de urbanização que se produz em distintos âmbitos geográficos, com a conseqüente deterioração das condições de vida na cidade. Os fatores que provocam o crescimento urbano, os efeitos da globalização que impõem mudanças no comportamento da sociedade e na maneira de tratar os conflitos urbanos, conduzem o Município a fazer um esforço capaz de viabilizar e qualificar os canais de participação no planejamento urbano e local, integrando políticas setoriais, o global e o pontual, priorizando soluções ambientais, reduzindo as perdas sociais, econômicas, culturais e construindo a democracia urbana, por meio do meio ambiente equilibrado.

Com uma superfície de 470,25 Km², o Município conta, atualmente, com uma população de 1.360.590 habitantes que, juntamente com os Municípios da Região Metropolitana, totalizam aproximadamente 3.200.000 habitantes. Situada às margens do Lago Guaíba, possui um sítio de relevo ondulado, cuja cadeia de morros divide a Área Urbana de Ocupação Intensiva da Rarefeita. A região conhecida como Lomba do Pinheiro, objeto do presente estudo, tem sido, ao longo dos anos, uma alternativa de assentamentos habitacionais bastante desorganizados, apresentando uma intensa degradação ambiental, precariedade no atendimento de serviços públicos e dos equipamentos comunitários.



Imagem de satélite - Porto Alegre

Área Objeto de Estudo

Para fins de desenvolvimento do projeto-piloto na Lomba do Pinheiro foi selecionada parte do bairro Lomba do Pinheiro, que compreende a macrozona proposta no PDDUA, denominada Eixo Lomba-Restinga. A região compreende a parte do território municipal situada à leste, limítrofe ao Município de Viamão, que compõe a Região Metropolitana de Porto Alegre. Segue ao longo de parte da Estrada João de Oliveira Remião e da Estrada João Antônio da Silveira, desde a Avenida Bento Gonçalves até o Parque Industrial da Restinga. Estas são suas principais vias estruturadoras e fazem parte da chamada Avenida do Trabalhador, importante eixo de ligação das regiões norte e sul do Município e integração metropolitana. É uma área desvinculada da malha urbana contínua e compacta, constituindo uma parcela do território municipal que se destaca pela presença de valores naturais significativos para a cidade, com influência na região metropolitana. Com superfície de aproximadamente 15,22 km², concentra um conjunto significativo de vilas populares e abriga 54.000 habitantes, conforme censo de 2000 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em função da contínua degradação dos bens naturais, aponta para a necessidade de propostas alternativas de ocupação do solo, de modo a garantir a proteção dos bens naturais devidamente compatibilizada com a urbanização dos vazios existentes, bem como a recuperação da qualidade das ocupações existentes. Nas imediações dessas ocupações, encontram-se as nascentes dos maiores arroios, como o Dilúvio e o Salso, que compõem o chamado anel de nascentes identificados no Atlas Ambiental de Porto Alegre, com grande importância de patrimônio natural a ser preservado.

A região conta, ainda, com a existência do Parque Saint-Hilaire, com 1.180 hectares, que representa um elemento de forte atração por sua importância regional, quer como área de preservação de matas e arroios, quer como área de lazer e de impacto ambiental positivo para o contexto metropolitano.



Mosaico Fotográfico - 1999



Fotos aéreas da região - 1999





Macrozona Eixo Lomba-Restinga - PDDUA

Marco Teórico Geral

A necessidade de reavaliar a legislação urbanística de Porto Alegre surgiu em 1993, durante o I Congresso da Cidade. A constatação, à época, foi a de que a legislação que vigorava (LC 43/79) estava completamente defasada e havia se tornado incapaz de acompanhar a dinâmica da cidade. Desencadeou-se, a partir de então, uma ampla discussão envolvendo todos os segmentos da sociedade. O produto deste trabalho foi o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), que acabou sendo sancionado em 1º de dezembro de 1999. O PDDUA é uma legislação moderna, que rompe com posturas acomodadas e muitas vezes pouco comprometidas com a promoção do planejamento estratégico e participativo, aumentando sua capacidade propositiva de um projeto de cidade para o futuro. Propõe, em sua primeira parte, os princípios, as estratégias e o Modelo Espacial que representam as metas a alcançar em médio e longo prazos. Estas estão consubstanciadas em programas. Em sua segunda parte cria o Sistema Municipal de Gestão e Planejamento, a estrutura, atribuições e competências do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA), bem como descreve os instrumentos básicos e os complementares, inserindo os mecanismos de participação na gestão, de informação e avaliação e, ainda, os de intervenção no solo urbano.

Projeto Especial

Entre importantes instrumentos de intervenção no solo urbano estão os Projetos Especiais. Estes, no seu desenvolvimento, concretizam intervenções para realizar as prioridades e monitorar os ajustes necessários ao Plano Diretor como um todo, que vão gerando propostas e debates sobre transformações de curto prazo. Projeto Especial, como explicita o PDDUA, é "aquele que exige uma análise diferenciada, devendo observar acordos e condicionantes específicos." Conforme a iniciativa, classificam-se em Projeto Especial de Realização Necessária, ou seja, "aquele que o Município se compromete a implementar para o desenvolvimento de áreas de interesse prioritário, podendo para a sua realização, concorrer a iniciativa privada," e de Realização Voluntária. Considera-se pertinente o desenvolvimento destes projetos em grandes áreas da cidade que, por suas peculiaridades, características e conflitos merecem ser solucionados de forma criativa, com normas próprias e diferenciadas. Trata-se de uma proposta de mudança de procedimentos administrativos, onde o Poder Público passa a exercer uma ação mais projetual, aprofundando o conhecimento da realidade e estabelecendo os acordos e compromissos necessários para a sua viabilização técnica e econômica, além de propiciar a participação de todos os envolvidos, para que em conjunto se encontrem as soluções para os problemas identificados.



Estratégia de Produção da Cidade

Neste contexto está inserido o Projeto Integrado Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro, um projeto especial que implementa vários instrumentos do PDDUA, especialmente suas estratégias. Como resultado imediato surge a possibilidade de construir um processo participativo na Lomba do Pinheiro, articulando e descentralizando o planejamento das ações que promovam o desenvolvimento urbano. O projeto, desta forma, representa um avanço significativo no processo de gestão e planejamento praticado no Município de Porto Alegre, à medida que possibilita o detalhamento e aprofundamento das características físicas, sociais e econômicas da região. Permite uma articulação permanente entre os diversos órgãos municipais e as respectivas ações de planejamento local, além de identificar oportunidades de desenvolvimento considerando-se potencialidades e as identidades próprias do local. A implementação do planejamento mais participativo tem um papel importante na ampliação do conceito de cidadania na medida que possibilita aos moradores uma compreensão adequada dos problemas urbanos na sua totalidade e complexidade, além de uma necessária apropriação das diretrizes do Plano Diretor que incidem na região e suas particularidades. Sem dúvida este tipo de postura - que leva em conta as diretrizes globais para a cidade, aplicadas de acordo com um criterioso diagnóstico da realidade e do contexto local - propicia a integração e compatibilização entre as diversas demandas e resulta na possibilidade de adequar e propor soluções viáveis.

É importante destacar que a experiência do Orçamento Participativo (OP), quanto à sua forma de articulação regional, tem servido de exemplo para a criação de novos canais de interlocução entre o planejamento e a comunidade, potencializando e qualificando a relação e o grau de participação efetivo e legítimo de seus cidadãos, não só na definição de alternativas para a região, como para a cidade através da discussão e deliberação de políticas globais.

A Estratégia

Ainda durante a fase de discussão do novo Plano Diretor (1998), a Secretaria do Planejamento Municipal (SPM) começou a desenvolver atividades vinculadas a uma gestão municipal. Havia a necessidade de tomar decisões de planejamento urbano compatibilizadas, bem como de definir políticas conjuntas de intervenção local através do conhecimento aprofundado dos conflitos e potencialidades identificadas na porção territorial estudada. Teve início, assim, um trabalho de participação integrada dos diversos setores

administrativos, buscando romper com uma forma de atuação extremamente setorizada, com o conseqüente desperdício de recursos humanos e financeiros. Através de uma ação integrada e articulada com lideranças locais e órgãos públicos em níveis diferenciados - federal, estadual e municipal - se atinge resultados voltados ao desenvolvimento urbano ambiental de forma integrada e baseada em parceria institucional com a comunidade local.

Nova Forma de Gestão Pública

O Projeto Integrado Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro foi lançado, oficialmente, no dia 8 de agosto de 1999, com a instalação de um escritório na região. Com a medida foi possível aproximar a atuação do Município junto aos cidadãos e aprofundar os conhecimentos. A proposta - inovadora - propiciou uma ação detonadora da mudança administrativa. Esta era necessária para que houvesse a modernização dos processos de trabalho, maior aperfeiçoamento profissional, a qualificação das propostas de intervenção do Poder Público nas questões urbanas e para a otimização dos recursos disponíveis.

O projeto passou a buscar a contribuição efetiva dos moradores, construindo uma consciência coletiva sobre os sérios conflitos de urbanização e preservação dos elementos naturais existentes. Também alertou para as necessidades de estruturação e mobilidade urbana, de qualificação ambiental, de produção de novas habitações e de viabilização dos recursos financeiros necessários para aplicar na região. Estes devem ser obtidos através do esforço da comunidade local em prol do seu próprio desenvolvimento, tendo como conseqüência a governabilidade num contexto onde as organizações locais apresentam dificuldades de autogestão.

O projeto propõe ações integradas de curto, médio e longo prazos no âmbito, não só da administração municipal, como de outros setores da sociedade, em nível macro, local e pontual, articulando e otimizando os recursos humanos e financeiros disponíveis. Por outro lado, apresenta-se como um desafio prático que busca, através de proposições concretas, derrubar o enfoque setorial com ação local, em nome da visão global, além de potencializar o planejamento projetual e participativo. Adotado um modelo de desenvolvimento urbano, foram definidas metas e diretrizes para intervenção na região, com base em quatro princípios:

- Regular o uso do solo propiciando a ocupação dos vazios urbanos, com vistas à contenção da especulação imobiliária e da

destruição do patrimônio ambiental;

- Aperfeiçoar o processo de planejamento urbano a partir do desenvolvimento econômico local, fortalecendo a participação dos cidadãos em busca de parcerias e formas colegiadas de atuação;

- Avançar na descentralização das políticas ambientais através de um planejamento estratégico, que concilie os diferentes interesses;

- Promover mudanças nos padrões de produção e consumo do ambiente local.

Desde o início o projeto tem, como ações principais, o desenvolvimento do Plano de Gestão Urbanístico Ambiental (PGUA) para a região como um todo - escala intermediária - e uma Experiência Habitacional, que atua pontualmente na vila conhecida como Recreio da Divisa/Vale das Pedras

Plano de Gestão Urbanístico Ambiental

A elaboração de um Plano de Gestão Urbanístico Ambiental (PGUA) para a região da Lomba do Pinheiro surgiu, em 1998, quando o projeto ainda era uma idéia. Sua estruturação teve, como base, premissas vinculadas as estratégias estabelecidas no Plano Diretor de Desenvolvimento Ambienta (PDDUA)I. O estudo passou pela fase de formulação e atualmente encontra-se na fase de elaboração do diagnóstico integrado. Naquela ocasião o objetivo era de avaliar a legislação urbanística no que se refere, num primeiro nível, às regras de uso e ocupação do solo (regime urbanístico) e, num segundo nível, aos aspectos de estrutura urbana (sistema viário, espaços abertos, equipamentos comunitários etc). Com seu desenvolvimento e a posterior elaboração do Termo de Referência ficaram definidos os aspectos a serem analisados do ponto de vista técnico-científico. A ele também foi agregada uma visão holística acompanhada dos conceitos de desenvolvimento sustentável. O PGUA, atualmente em fase de diagnóstico, visa definir diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Lomba do Pinheiro que permitam estabelecer condicionantes ambientais à ocupação, padrões urbanísticos e de infra-estrutura, além de oportunidades de trabalho na região. Seu objetivo é estabelecer um ambiente ecologicamente sustentável, mediante a consolidação da ocupação intensiva e a proteção do patrimônio natural. Este Plano inclui ações, como o ordenamento da Avenida do Trabalhador, o fortalecimento das centralidades existentes e a implantação de espaços públicos, entre os quais, um parque ao longo do Arroio Taquara.

Experiência Habitacional

A área habitacional conhecida como Recreio da Divisa, localizada na parada 15 da Estrada João de Oliveira Remião, foi escolhida para o detalhamento de uma experiência habitacional. A gleba de 16 hectares possui cerca de 4 hectares com declividade acentuada onde estão assentadas aproximadamente 550 casas que convivem com pedras de diversos tamanhos e grande número de espécies vegetais do tipo naturais e exóticas. Por este motivo, merece uma especial atenção por parte do poder público no que se refere aos problemas ambientais ocasionados pelas moradias existentes e às conseqüências da degradação decorrente da ocupação espontânea e desordenada. A expressão "Experiência Habitacional" foi criada justamente pela forma inusitada de experimentar alternativas de solução - desde a sua concepção até a construção - considerando fatores importantes como estimativa de custos, avaliação e definição de alternativas mais viáveis.



Vila Recreio da Divisa

Participação da População

A partir de um cadastro de entidades comunitárias que atuam na região, que se destacam pelo alto nível de participação nas ações municipais, a equipe básica do projeto - responsável pelas articulações entre os agentes - está construindo, na prática, uma experiência piloto de participação no planejamento urbano. A meta é potencializar os canais de participação existentes e criar novos, qualificando os agentes por meio do livre acesso às informações, da promoção do intercâmbio de conhecimentos e proporcionando treinamentos específicos. A atividade busca aproximar a atuação da Prefeitura junto aos cidadãos e qualificar a relação entre o Poder Público e a sociedade.

Este é o principal desafio para os agentes públicos, que devem mudar suas atitudes, bem como criar métodos de trabalho que exigem flexibilidade das instituições e de algumas lideranças. Não basta apenas desenvolver um processo linear, onde se passa de uma

situação A para uma situação B, sem agregar valores sociais, culturais, econômicos e ambientais do território e das comunidades envolvidas.

Nos processos convencionais se verifica um distanciamento acentuado entre as idéias e ações do projeto com as verdadeiras necessidades sociais e vontade dos beneficiários, sendo que muitas vezes o resultado apresentado não é satisfatório. Precisamos, portanto, contar com a participação de todos os interessados, desde o início, para se obter no final um produto reconhecido pela comunidade local. O processo deve ser construído a partir do conhecimento da realidade, com ações planejadas e assumidas coletivamente, constantemente monitoradas e avaliadas recebendo as necessárias atualizações.

Como resultado positivo se espera, através de um método de trabalho participativo, obter:

- um entendimento comum sobre o objeto da nossa ação, em relação ao conjunto de problemas enfrentados pela população de uma mesma face e suas interfaces, com característica e grau de homogeneidade diferentes;
- que a população local possa avaliar os resultados desejados, priorizar e tomar decisões com base em informações atualizadas, com a contribuição da mesma não só na obtenção, como na sistematização de dados;
- mobilização e organização em torno dos temas que eles mesmos consideram importantes para seu próprio desenvolvimento;
- que a comunidade se aproprie de informações disponíveis, bem como do processo de identificação, análise e solução de seus problemas;
- que através da sistematização, da valorização das experiências e conhecimentos locais, os participantes aumentem sua auto-estima e melhorem as condições de vida.

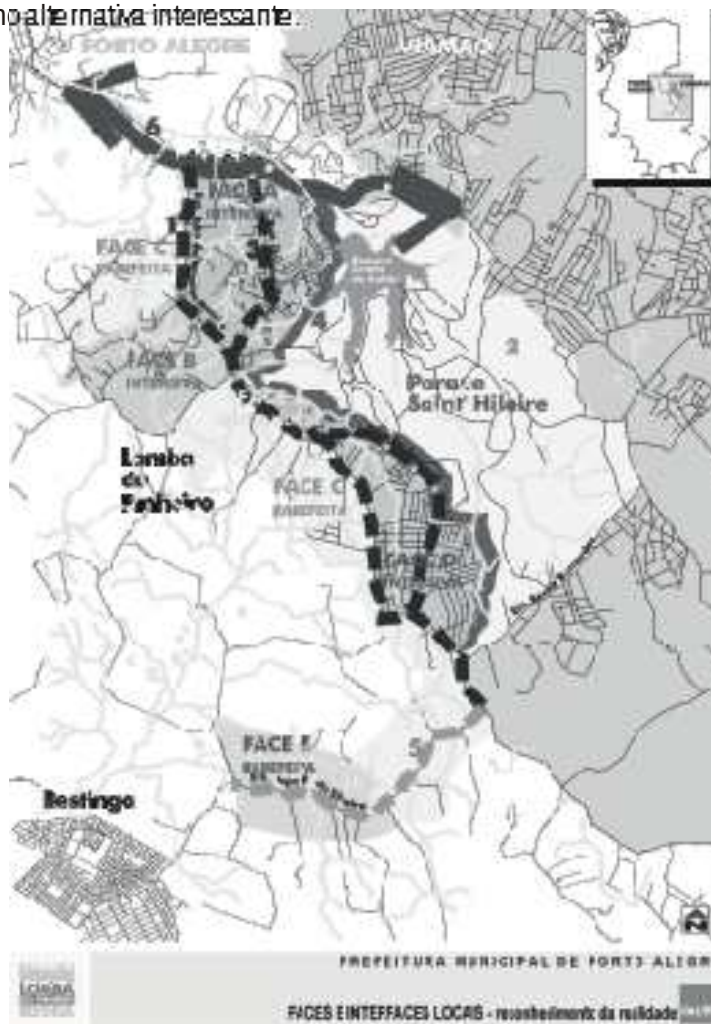
É evidente que não apenas a comunidade obtém lucros com este processo, mas também as instituições, ou seja:

- ocorrem interações mais estreitas e positivas entre comunidades e os técnicos, através de todo um processo participativo, desde o diagnóstico, até as propostas e sua implantação;
- a identificação e priorização de problemas se dá de acordo com a vivência dos moradores e há um processo de tomada decisões consensuadas de forma rápida e econômica;
- possibilidade de adaptar a oferta de serviços às necessidades reais da população alvo e transferir progressivamente responsabilidades;
- capacitação permanente dos técnicos e das instituições, tendo em vista a apropriação cada vez maior da problemática enfrentada pela população e seus potenciais próprios, através da

aplicação sistemática de ferramentas participativas.

Diretrizes de Desenvolvimento

O desenvolvimento do projeto envolve questões importantes quanto à conservação do patrimônio natural, a definição de parâmetros para a regularização e diretrizes para produção de novas áreas habitacionais, bem como para suprir a área de equipamentos urbanos e comunitários e gerar postos de trabalho e renda. As avaliações realizadas, até o momento, demonstram a capacidade de adensamento de parte da região, com base na oferta de vazios disponíveis para ocupação e nos fortes condicionantes ambientais. A partir da sobreposição dos mapas de áreas ocupadas e vazias e áreas definidas pelo seu grau de vulnerabilidade ambiental, estão caracterizadas as diferentes situações de viabilidade à ocupação territorial. Atualmente estão sendo traçadas alternativas viárias, que deverão ser compatibilizadas através de políticas de interesse comum entre Municípios. Desenhos e projetos de vias estruturadoras, capazes de descongestionar vias de grande fluxo (Avenida do Trabalhador), surgem como alternativa interessante.



Quais as metas e diretrizes para intervir na região?

FACES

Metas	Diretrizes
A - consolidação com ocupação intensiva e proteção ao ambiente natural receber mais 24.816 hab nos vazios aptos à ocupação	- projeto de reestruturação viária - viabilização do parque previsto - densidade com miscigenação que represente apoio à habitação (MISTA 1) IA= 1,3 Altura máxima= 18m
B - consolidação com ocupação intensiva e proteção ao patrimônio natural	- projeto de estruturação urbana (malha viária, equipamentos públicos) - densidade com estímulo à vida de bairro e atividades complementares à habitação (Área Predominantemente Habitacional) IA= 1,0 Altura máxima= 9,0m
C - consolidação da ocupação existente - novas ocupações rarefeitas - proteção do patrimônio natural	- regularização das vilas existentes por instituição da AIES* e correção da situação de risco - baixa densidade - implantação de equipamentos públicos - proteção das nascentes do Salso - usos especiais a definir pelo SMGP**
D - consolidação com ocupação intensiva e proteção ao patrimônio natural - receber mais 15.672 hab nos vazios aptos à ocupação	- regularização das vilas existentes por instituição da AEIS* - densidade com miscigenação que represente apoio à habitação - projeto do Parque Linear do Arroio Taquara IA= 1,3 Altura máxima= 18m
E - criação de nova centralidade como Centro de Urbanidade entre bairros	- regularização das vilas existentes por instituição da AEIS* - implantação de equipamentos públicos de interação social
F - proteção e perpetuação do patrimônio natural - atividades diversificadas compatibilizadas com o patrimônio natural	- implantação de atividades que conciliem a proteção dos bens naturais - proteção das nascentes do Salso - usos especiais a definir pelo SMGP** para as áreas aptas à ocupação

*AEIS - Áreas Especiais de Interesse Social

**SMGP - Sistema Municipal de Gestão e Planejamento

Quais as metas e diretrizes para intervir na região?

INTERFACES

Metas	Diretrizes
1 - fortalecimento das centralidades existentes - ordenamento de João de Oliveira Remião	- projeto para conciliar passagem de pedestres, paradas de ônibus e fluxos de veículos com vistas à segurança e conforto dos usuários compatível com o uso da região
2 - consolidação como Parque Metropolitano	- Plano de Manejo com definição de usos do Parque
3 - configurar par viário alternativo à Estrada João de Oliveira Remião	- Via coletora, para distribuir o tráfego e possibilitar a acessibilidade aos bairros e ao Parque Sant'Hilaire
4 - delimitação do Parque com definição de usos que possibilite o acesso da população local	- Plano de Manejo com definição de usos do Parque
5 - consolidação como ligação metropolitana	- ordenamento da estrada com vistas à segurança dos usuários compatível com o uso rarefeito de cada região
6 - qualificação da ligação metropolitana	- projeto do eixo da Avenida para melhor fluidez, através do ordenamento da circulação geral (pontes, rótulas)

Avanços do Projeto Integrado

O Projeto Integrado Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro é uma experiência piloto. Busca o desenvolvimento de uma metodologia de trabalho projetual, como instrumento de promoção de um planejamento mais gerencial e participativo, dentro de uma visão estratégica e menos normativa. Apresenta uma maneira eficiente de intervir na realidade, a medida em que procura articular ações e promover soluções integradas, além de potencializar a atuação municipal, servindo, inclusive, como subsídio para a hierarquização de investimentos a ser demandados via Orçamento Participativo. Com isto é possível promover uma interação maior entre o Poder Público e a sociedade, buscando formas de financiamento.

A iniciativa do poder público de promover uma ação concreta - como foi a instalação no local de um Escritório do Projeto - colocou a região em destaque devido a possibilidade das ações do planejamento serem viabilizadas a médio e longo prazos. O Projeto Integrado apresenta-se como um desafio prático que busca, através de proposições concretas, derrubar o enfoque setorial, em nome da visão global, com ação local, além de potencializar o planejamento projetual e participativo.

Desta forma se aplica um importante instrumento urbanístico como meio de qualificação ambiental, através da promoção pública e privada, com a necessária articulação entre visões técnicas contraditórias, tendo como referência o marco teórico da sustentabilidade.

Apoio Institucional e Comunitário

Graças ao apoio institucional e a participação da comunidade local foi possível:

- experimentar a descentralização do planejamento urbano, por meio do Programa de Descentralização Administrativa e da atuação do Centro Administrativo Regional Partenon/Lomba do Pinheiro; praticar o sistema de planejamento, tanto através dos canais de participação existentes, como dos propostos no PDDUA. Aí consiste o grande avanço que se obteve no sentido de exercitar a democracia participativa e de experimentar a descentralização administrativa nas questões de planejamento e desenvolvimento urbano.

- elaborar uma proposta interligada de planejamento físico territorial, considerando conflitos de ordem social, cultural e econômicos, com ação local intersecretarias e de forma transdisciplinar,

garantindo a gestão integrada e participativa;

- conhecer o problema e diagnosticar os principais conflitos relacionados com o contexto social do local, com base em conceitos aplicados no território, compatibilizando interesses e propondo soluções correspondem as principais fases da metodologia adotada.

Aspectos Inovadores

Podem ser considerados aspectos metodológicos de caráter inovador:

1. o desenvolvimento da ação projetual incluída na política pública municipal em termos de estrutura e procedimentos;
2. a elaboração de um Plano de Comunicação para o projeto como um todo e uma forte intenção em comunicar o projeto de maneira clara, sintética, objetiva e radial;
3. a definição de metas com resultados esperados e cronogramas;
4. o estabelecimento de um processo contínuo, participativo e com efeitos de multiplicação;
5. a criação de um espaço privilegiado de relação e integração com a comunidade local;
6. ter tornado visível a ação da Prefeitura Municipal de Porto Alegre na região objeto de estudo;
7. ter possibilitado a construção de parâmetros e indicadores capazes de atender as demandas da população residente, com base nos padrões estabelecidos no PDDUA.



MÉTODO ADOTADO

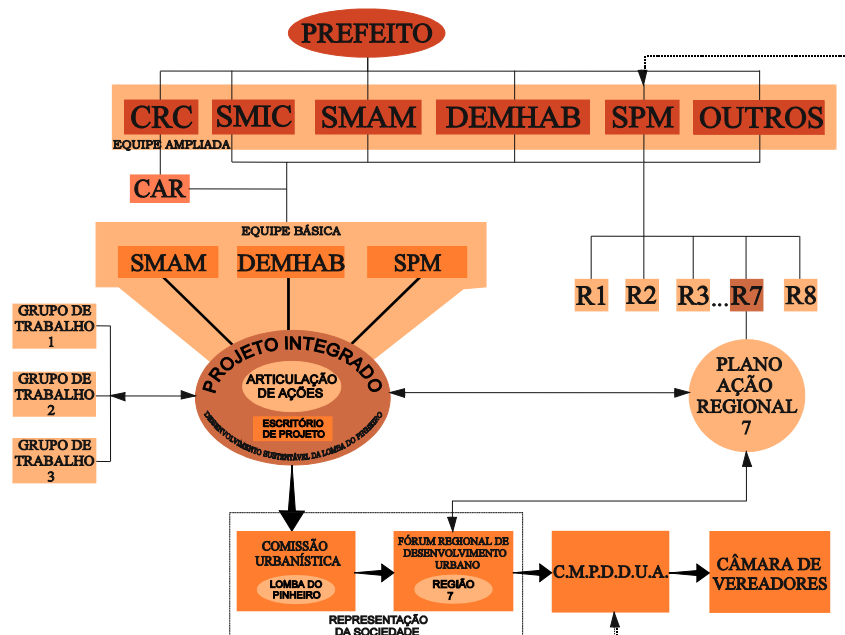
Objetivos e Etapas

O projeto tem como objetivo geral identificar oportunidades de desenvolvimento que resolvam os conflitos de urbanização e proteção ambiental, que atendam qualitativamente parcela da demanda habitacional reprimida, bem como propiciar geração de renda através da qualificação da capacidade de trabalho na área em estudo, resgatando valores sociais dos moradores da região.

As ações previstas no Marco Referencial do projeto foram articuladas por meio de uma equipe básica do projeto integrada por técnicos da Secretaria do Planejamento Municipal (SPM), Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM) e Departamento Municipal de Habitação (DEM HAB). Este grupo foi instituído pela Ordem de Serviço 005, de 16 de julho 1999, assinada pelo Prefeito Municipal.

A primeira etapa realizada internamente, como forma de capacitação profissional, correspondeu ao estudo da metodologia a ser aplicada na região. Esta consistiu na identificação dos objetivos, escala de atuação, as variáveis quanto à estrutura regional, ocupação natural e antrópica do solo, vulnerabilidade à ocupação do solo e reconhecimento das faces e interfaces, que apontaram para as ações iniciais do projeto.

Como a premissa do projeto é estimular a participação da população local, foi viabilizada a instalação, em agosto de 1999, de um Escritório do Projeto na região, em espaços cedidos por três escolas municipais. Sua finalidade foi, no primeiro momento, promover as ações iniciais, além de aprofundar os conhecimentos da realidade da região de estudo. Esta aproximação resultou num intenso intercâmbio de conhecimentos entre visões e experiências setoriais, potencializando a escola e construindo o saber do projeto com a comunidade escolar, composta por professores, pais e alunos.



Estrutura de Funcionamento



Etapas

Num segundo momento, também por meio do Escritório, houve a consolidação das ações propostas pelo projeto, bem como a apropriação, por parte dos moradores, de seu conteúdo. Isto contribuiu

para a construção de soluções conjuntas para os problemas e as oportunidades de desenvolvimento local . Paralelamente foram realizados encontros temáticos como forma de avaliar, preliminarmente, a problemática existente em conjunto com os moradores. Ao mesmo tempo, foi possível divulgar os conteúdos do Plano Diretor, bem como os procedimentos adotados na administração municipal, tendo em vista facilitar tramitações necessárias e muitas vezes desconhecidas pelos interessados.

Os encontros contaram com a participação de moradores, lideranças e convidados especiais (palestrantes). Os temas escolhidos buscaram enriquecer o debate, estimulando os participantes com a problemática urbana considerando conflitos e potencialidades locais. Os eventos realizados foram:

- 1° - Perspectivas 2000 - A Lomba do Futuro (março de 2000);
- 2° - Processo de Regularização (julho de 2000);
- 3° - Organização do Bairro (dezembro de 2000);
- 4° - Vocação Econômica da Região (agosto de 2001).

Plano de Gestão Urbanístico e Ambiental_____

Plano de Gestão Urbanístico Ambiental

- Consiste em um conjunto de diretrizes relativas ao uso e ocupação do solo que deverão subsidiar a revisão do regime urbanístico, em especial o atendimento da demanda de habitação de interesse social e da melhoria dos equipamentos e serviços urbanos. Depende de levantamentos, análise e diagnóstico do ambiente natural - meio biológico, meio físico, geotecnia, vegetação e água - matéria pertinente a SMAM, e do meio construído aos cuidados da SPM.

Por outro lado, a construção do Plano de Gestão Urbanístico e Ambiental iniciou a partir do termo de referência, elaborado em 1999, com orientação das informações necessárias para avaliação do meio natural e construído, que culminou na contratação de serviços especializados (UFRGS) e na formação de Grupos de Trabalho (GT), estes para detalhar temas específicos, tais como, sistema viário estruturador, áreas de lazer, regularização urbanística, geração de renda, etc.



Quadro esquemático das ações do Projeto

Enquanto o contrato de serviços especializados não se viabilizou, a equipe básica do projeto convidou as Secretarias Municipais mais diretamente envolvidas a integrar-se ao trabalho. Houve a indicação de técnicos para avaliar o meio construído através de parâmetros de eficiência. Coube ao grupo, desta forma, organizar os dados para construir um método que atendesse aos objetivos estabelecidos inicialmente, ou seja, a elaboração do que foi chamado de "Diagnóstico Integrado".

Após assinatura de contrato entre PMPA e UFRGS, que ocorreu em junho de 2002, os estudos sob responsabilidade de cada instituição, intensificaram-se. Com isto foi possível garantir aos participantes do grupo técnico o conhecimento amplo dos conteúdos das diferentes disciplinas e temas específicos, bem como o cruzamento de informações e a definição de critérios, aferindo valores e obtendo-se soluções compatibilizadas e viáveis tecnicamente referentes à infraestrutura básica, estruturação urbana e qualidade de vida.

Atualmente está em curso o Diagnóstico Integrado, que consiste em analisar as informações disponíveis, através dos dados secundários, como é o caso dos dados relativos ao uso e ocupação do solo, infra-estrutura e serviços, estrutura viária, dinâmica populacional, estrutura produtiva e geração de renda, além da avaliação do meio natural, tais como, águas, solo, vegetações, fauna e clima. Incorpora, também, as informações e avaliações obtidas segundo caminhadas de observação de campo, entrevistas e construção de mapas síntese de percepção da realidade elaboradas pela comunidade. Esta equipe ampliada é composta por diferentes visões e experiências setoriais das diversas instituições, capazes de olhar o mesmo objeto, atuando no espaço urbano através de um plano de intervenção com avaliação de valores a partir do processo histórico e perspectivas de transformar esta realidade.

ligado e unificamos o que é diverso. Descrever "cenários sociais", através das narrativas, supõe, em princípio, a possibilidade de afirmar uma certa universalidade que contenha a diversidade social, econômica e cultural. Relacionar os fatos no tempo e no espaço é parte do "cenário conceitual" em que se pretende produzir conhecimento em torno da realidade local. Portanto, a solução encontrada, para este estudo ambiental, foi incorporar as diferentes opiniões que possam representar um desejo de melhoria, não só do espaço físico construído, mas principalmente do meio natural e das relações sociais. A construção da "Lomba do Futuro" implica necessariamente em um conjunto de observações oriundas de visões diferenciadas e contraditórias. Resulta do diálogo entre os saberes dos técnicos, dos políticos e das comunidades. Exige uma capacidade e vontade de sonhar e buscar formas de alterar a realidade a partir da compreensão dos fatos e das respostas que esperamos obter, tais como:

- O que fazer?
- Como fazer?
- Com quem, quando e onde?

Esta fase significa um forte avanço de gestão do território colocado em prática na Lomba do Pinheiro por meio de um método de fazer planejamento, deixando-o mais comprometido com a realidade local e direcionado à melhoria da qualidade de vida com definição de como as propostas serão aplicadas, de fato, na região. Além disso, o acompanhamento e gerenciamento do processo de planejamento e o desempenho do Plano Diretor no espaço urbano nos remete à busca de soluções alternativas e viáveis para resolver os problemas identificados na fase de diagnóstico e formulação de propostas.

Através da leitura da paisagem e entrevistas semi-estruturadas, sistematizadas segundo a visão da comunidade, somada aos parâmetros e critérios de execução das políticas, ações e obras implantadas no território como um todo, é obtido o Diagnóstico Integrado, que incorpora uma avaliação do meio natural - realizada pela UFRGS - e do meio construído, elaborada em conjunto pelos diversos órgãos da PMPA (SPM, SMAM, SMIC, SMED, SMS, SMOV, EPTC, DEMHAB, DEP, DMAE, DMLU, CAR/PARTENON LOMBA). Esta avaliação conjunta incorpora não só os padrões de eficiência do ponto de vista técnico, como os condicionantes da legislação urbanística e ambiental. Além disto, agrega a visão da comunidade diretamente atingida por medidas de planejamento.

Desta forma, acredita-se que se obtém a mudança desejada, não só na maneira de solucionar os problemas, mas interferindo positivamente na transformação da realidade.

Grupos de trabalho - Ações complementares_____

Desde os primeiros levantamentos e estudos, a equipe do Projeto Integrado percebeu e dimensionou algumas características marcantes da região. A forte presença dos loteamentos clandestinos, a falta de estruturação urbana que pode ser observada pela carência de infra-estrutura básica e equipamentos comunitários, a descontinuidade da malha viária dependente de um eixo viário principal, a crescente degradação ambiental, enfim as próprias condições que definiram a necessidade da análise diferenciada desta região através de um Projeto Especial.

Muitos destes temas específicos foram desenvolvidos por Grupos de Trabalho - GTs, formados por técnicos da equipe básica e das Secretarias e Departamentos diretamente envolvidos com as questões específicas, resultando numa análise mais detalhada do problema em si, bem como já apontando os caminhos viáveis de enfrentar estes temas. Estas propostas iniciais, desenvolvidas por estes Grupos, são considerações já bastante aprofundadas e maduras dos temas e aguardam os resultados do Diagnóstico Ambiental para os ajustes finais e os devidos encaminhamentos.

A seguir, um breve relato destes Grupos de Trabalho, ou temas específicos, enfatizando de que maneira enfrentaram os temas levantados, desde a identificação do problema, seu dimensionamento, as estratégias encontradas e a escolhida, bem como sua viabilidade. Evidentemente o desenvolvimento dos trabalhos não é igual em todos os temas, sendo que alguns têm propostas bem mais construídas, enquanto outros têm mais diretrizes gerais.

Regularização de Núcleos Habitacionais_____

A região da Lomba do Pinheiro constituiu-se, ao longo dos anos, numa alternativa na cidade para a localização de moradias. A demanda habitacional existente, associada ao custo reduzido da implantação clandestina dos assentamentos habitacionais, resultou numa grande concentração de loteamentos clandestinos e núcleos habitacionais irregulares naquela região, gerando efeitos negativos ao ambiente natural e à qualidade de vida dos moradores.

O 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU - vigente de 1979 a 1999), encarava boa parte da região pelo seu potencial original de produção primária, classificando sua área como de uso rural, portanto não passível de loteamento urbano convencional. Este impedimento legal, contribuiu para a instalação dos loteamentos à margem do controle público, sem o devido atendimento das exigências

para padrões urbanísticos determinados, como largura de vias, reserva de área para equipamentos públicos de educação e lazer, bem como atendimento dos padrões que garantem a preservação dos bens naturais existentes. Como resultado, hoje se observa na região, a rede de infra-estrutura básica deficiente, uma grande carência de equipamentos públicos e também uma forte degradação ambiental.

Esta constatação foi confirmada quando, em 2000, o Projeto Integrado promoveu um primeiro debate (Lomba: Perspectivas 2000), com a comunidade, com o objetivo de levantar as perspectivas dos moradores para a região. Naquela ocasião foi bastante significativa a incidência do tema da irregularidade nos trabalhos desenvolvidos, a ponto do segundo encontro (Processo de Regularização - A Lomba do Futuro), realizado quatro meses depois, tratar especificamente deste assunto. Foi feito um levantamento da situação com o objetivo de determinar sua dimensão, bem como classificar suas diferentes manifestações, a partir da perspectiva de regularização determinada caso a caso, já com vistas ao encaminhamento da regularização. A base deste levantamento foi os processos administrativos que já haviam sido abertos em qualquer tempo, relativos às propriedades, os loteamentos e ocupações, o que demonstrava interesse na questão. Estes expedientes, muitas vezes, já davam indícios, ou até mesmo definiam quais os instrumentos utilizáveis em cada caso, a partir da análise dos documentos já constantes nestes processos. Verificou-se que no caso dos loteamentos poderiam ser classificados em três grandes grupos:

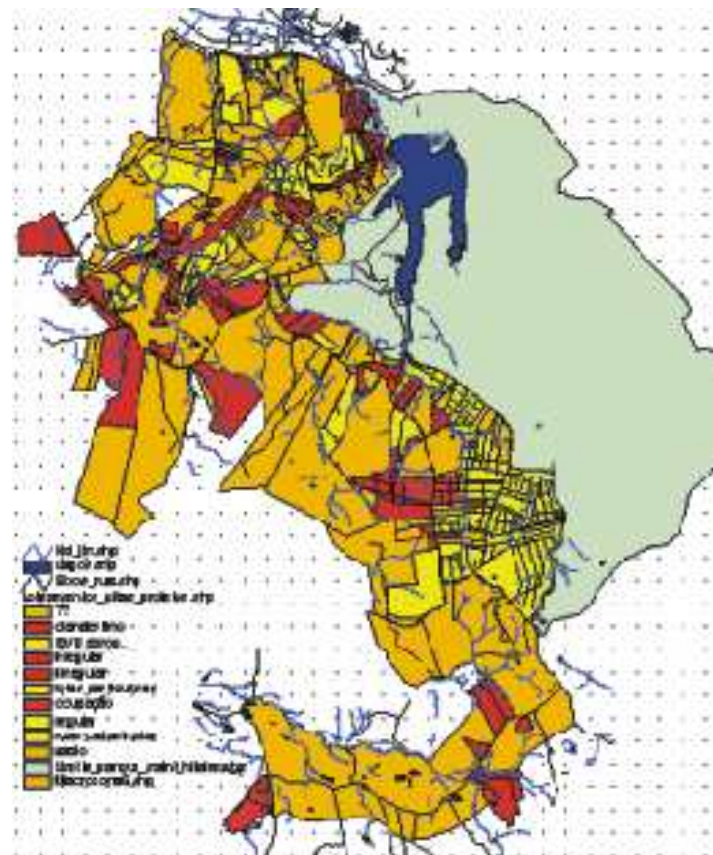
- loteamentos anteriores a 1979 e à legislação federal que define as regras básicas do loteamento. A data do loteamento fica comprovada pelos contratos de compra e venda, cujas cópias se encontram nos processos. Para estes casos existe legislação municipal, aprovada em 1986, que determina os critérios de regularização. Na região se verificou um número razoável destes casos, mostrando que o período de ocupação urbana começou a se intensificar na metade da década de 70.

- loteamentos posteriores a 1979 e até 1996, ano em que se instituiu o Núcleo de Regularização de Loteamentos (NRL) na Prefeitura Municipal, com o objetivo de encaminhar de uma forma mais ágil a tramitação destes processos. A maior parte dos loteamentos clandestinos da Lomba do Pinheiro aconteceu neste período, sendo sua regularização possível através da instituição de Área Especial de Interesse Social - AEIS, onde se admitem padrões diferenciados dos definidos na legislação, mas presentes no local.

- Loteamentos posteriores a 1996 são passíveis de ação movida pelo Município contra o loteador, no sentido que ele aprove os projetos relativos ao loteamento, assim como implante a necessária infra-estrutura, conforme a legislação determina.

Além dos loteamentos, verificou-se a existência de

ocupações irregulares, onde não houve venda de lotes, mas simplesmente a ocupação, também com grande carência de infraestrutura, equipamentos e serviços, além da degradação ambiental. Nestes casos são necessários procedimentos diferenciados, conduzidos pelo DEMHAB, através do Programa de Regularização Fundiária. Os recursos de urbanização são conquistados no Orçamento Participativo.



Mapa das Áreas Ocupadas e Não Ocupadas

De cada situação descrita acima foram selecionados casos representativos, que receberam orientação específica sobre os procedimentos de regularização, com o objetivo de monitorar a tramitação dos processos. Embora nenhum tenha sido concluído ainda, foram identificados alguns pontos de conflito que impedem a finalização deste processo, no âmbito da Administração.

Podemos citar a dificuldade das comissões de regularização formada por moradores em mobilizar a comunidade para reunir documentos individuais necessários, como contratos de compra e venda dos lotes. No entanto, a maior dificuldade foi verificada nas etapas que dependem da contratação de responsável técnico, para elaboração de Levantamento Topográfico e Projeto Urbanístico. Esta etapa envolve custos, que a comunidade muitas vezes não consegue absorver, e por causa disto, interrompe o processo neste ponto, assim como a possibilidade de regularizar seus lotes, suas edificações e suas

atividades de comércio e serviço. Isto contribui para o sentimento de exclusão urbana que existe em muitas destas comunidades, onde a consciência da irregularidade gera insegurança quanto à posse e permanência naquele local, e conseqüentemente a falta de estímulo no sentido de implementar melhorias nas edificações e no contexto urbano. Por outro lado, a ampliação da irregularidade precisa ser combatida, sob o risco de sempre correremos atrás dos efeitos prejudiciais que ela produz.

Cabe ressaltar que o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), em vigor na cidade, desde 1999, busca integrar esta porção ao resto da cidade, através do reconhecimento da tendência de ocupação urbana mais intensiva na Lomba do Pinheiro, e até do incentivo para que esta ocupação ocorra, porém de forma organizada, resguardando os bens ambientais ainda existentes na região. No regime urbanístico previsto para a região, pelo Plano Diretor, as áreas não ocupadas encontram-se como de Potencial de Uso Intensivo, desde de que se promovam nestas áreas, loteamentos de caráter social, para atendimento da demanda habitacional de baixa renda. Foram identificadas glebas, na região, que são passíveis de parcelamento do solo através de loteamento. Os respectivos proprietários estão encaminhando projetos de parcelamento, motivados pela mudança de uso no Plano Diretor e pela confiança na articulação que o Projeto Integrado. Este busca mediar diversas questões relativas à compatibilização da preservação ambiental com a urbanização, assim como a inclusão de equipamentos públicos necessários, que são levantadas no decorrer do acompanhamento da aprovação dos estudos de viabilidade urbanística.

Disto resulta um grande envolvimento da equipe do Projeto Integrado com a tramitação destes processos, através do atendimento do responsável técnico, reuniões com as unidades competentes dentro da estrutura da Administração para definição conjunta de diretrizes, vistorias e levantamentos.

Sistema Viário Estruturador

Outra das ações complementares previstas para a região da Lomba do Pinheiro é o de reestruturação do sistema viário. A Lomba tem como eixo viário principal a Estrada João de Oliveira Remião, que representa parte da Avenida do Trabalhador e por esta finalidade liga a Região Metropolitana à Restinga e à Zona Sul do Município, além de receber e distribuir todo o trânsito local. Esta função bivalente acarreta numa série de problemas que muitas vezes não são percebidos no cotidiano.

Um exemplo é o fato da João de Oliveira Remião ser

chamada de "estrada" . Isto já caracteriza uma via de grande fluxo de veículos, com frequência significativa de caminhões e camionetas de transporte de cargas e mercadorias, com velocidade diferenciada, muitas vezes maior da média dos demais veículos com origem e destino pré-definidos. Para a mesma via convergem ruas secundárias, que dão acesso tanto aos loteamentos, como às moradias, concentrando, ainda, uma série de atividades comerciais e de serviços.

Outro fator que indicou a necessidade de uma avaliação específica deste tema é o fato de grande parte das vias existentes terem surgido espontaneamente, sem obedecer nenhuma diretriz quanto ao seu traçado e dimensionamento, embora sejam cadastradas no Município. Isto ocasiona uma série de conflitos devido, muitas vezes, à falta de condições de trafecabilidade (largura, declividade, pavimentação), além da descontinuidade da malha viária local e ausência de ligações alternativas com outras partes do território municipal e metropolitano.

Para resolver estes conflitos foi proposta a realização de uma simulação de desenho urbano e hierarquização viária através do programa SATURN (Simulation and Assignment of Traffic to Urban Road Networks) para testar a capacidade e a efetividade de um desenho urbano proposto para um horizonte de 20 anos. Esta simulação foi desenvolvida e coordenada pela EPTC, com o apoio técnico da SPM. Foram considerados dois pressupostos: a continuidade do padrão de ocupação territorial (econômico/social/funcional) e o padrão de viagens futuro semelhante ao atual.

O SATURN é um modelo de tráfego composto por dois estágios: um módulo de alocação de tráfego que efetua a escolha de rotas na rede viária e um de simulação que modela o comportamento das interseções viárias. A escolha de rotas se dá em função das distâncias e dos tempos de viagem gastos pelo veículo para percorrer o caminho entre o seu ponto de origem e o destino desejado. As rotas possíveis são avaliadas, sendo escolhida aquela em que a composição destas duas variáveis resulte no menor valor. Nas interseções são considerados os atrasos sofridos pelos veículos devido a existência de semáforos e negociação de brechas com o fluxo oposto. Os dados de entrada necessários para o programa se dividem em dois grupos:

- dados de rede: descrição do sistema viário (número de faixas, movimentos de conversão permitidos, velocidade e comprimento das vias, etc), linhas de transporte público;
- dados de fluxos: matriz de viagens representando os desejos de deslocamento (matriz origem/destino).

Como saída, o programa permite avaliar diversos parâmetros de desempenho da rede, tais como:

- tempos de viagem, velocidades médias e formação de filas nas interseções, entre outros.

O modelo é adequado para a avaliação do impacto de medidas de gerenciamento de tráfego, tais como a criação de novas vias, mudanças de sentido de circulação, acréscimo de faixas, nos padrões de viagem dos usuários. Desta maneira a EPTC adota, como procedimento, a montagem de um modelo que represente de forma apropriada os atuais deslocamentos de veículos automotores na Lomba do Pinheiro, e possibilita avaliar o desempenho dos cenários viários propostos considerando a previsão do fluxo futuro.

ETAPA 1

Construção do Modelo para a Configuração Atual

A área de estudo considerada para a simulação foi a região da Lomba do Pinheiro delimitada pela Avenida Bento Gonçalves, divisa do município de Viamão, João Antônio da Silveira e Estrada do Rincão. O sistema viário principal é representado no SATURN através de uma estrutura de "links" e "nós" os quais representam, respectivamente, as vias e os cruzamentos. Foram consideradas apenas as vias arteriais, que são vias que propiciam ligações intra-urbanas, próprias para transporte coletivo e cargas, e as coletoras que recebem e distribuem o tráfego entre as vias locais e arteriais. A área a ser modelada foi dividida em regiões de forma a obter-se grupos homogêneos com relação:

- às características sócio-econômicas,
- limites físicos, políticos e históricos,
- limites baseados nos setores censitários.

Esta divisão tem por objetivo estabelecer um sistema de zonas no qual o número de residências, população, área ou viagens produzidas e atraídas são semelhantes em cada zona. Os limites de zoneamento utilizados foram baseados em análise realizada pela SPM onde foram identificadas regiões com características semelhantes de adensamento urbano, denominadas de faces A (1), B(2), C, D, E, F. As zonas externas foram agregadas gerando seis grandes zonas:

- Zona externa 100 - liga a Lomba do Pinheiro às regiões Norte e Centro de Porto Alegre. - Zona Externa 200 - ligação com Viamão por meio da RS 040 (Av. Salgado Filho/Viamão)
- Zona Externa 300 - ligação com o bairro Glória (Av. Oscar Pereira)
- Zona Externa 400 - ligação com zona sul - Restinga
- Zona Externa 500 - ligação com a zona sul - Lami
- Zona Externa 700 - ligação com o município de Viamão através da Rua Bérico Bernardes

Os volumes de tráfego a serem alocados na rede são informados através de codificação de rotas de transporte público (itinerários e frequência) e de deslocamentos de veículos particulares entre as zonas de tráfego (matriz de Origem/Destino).

As rotas de transporte público seguem sempre a mesma trajetória, independentemente das condições de trafegabilidade da rede, enquanto que os veículos particulares, obedecendo os pontos de origem e destino, escolhem a melhor rota considerando as distâncias e os atrasos ao longo do caminho.

Alocados estes volumes, o SATURN permite avaliar:

- Volumes de tráfego nas vias
- Pontos de "estrangulamento" da rede

- [illegible]

[illegible]

19

ETAPA 2

Avaliação do Desempenho dos Desenhos Urbanos Propostos para a Lomba do Pinheiro

A SPM está propondo, em conjunto com a EPTC, a construção de uma malha viária complementar à João de Oliveira Remião, visando atender os futuros deslocamentos gerados pelo crescimento populacional previsto para a região, e propiciar alternativas de acesso entre as diversas zonas. Através do SATURN pretende-se obter subsídios para dimensionar o gabarito da malha viária complementar e avaliar a efetividade do desenho proposto.

Foram modelados dois cenários, sendo que ambos propõem vias paralelas à Estrada João de Oliveira Remião:

- de um lado dando continuidade ao Beco da Taquara, junto à divisa do Parque Saint'Hilaire;
- do outro delimitando novos loteamentos, que já se encontram em fase de aprovação junto a Prefeitura Municipal, e definindo o limite entre a área de ocupação intensiva e a área de preservação natural.

A diferença mais significativa entre os cenários é a ligação, no cenário 3, à Restinga.

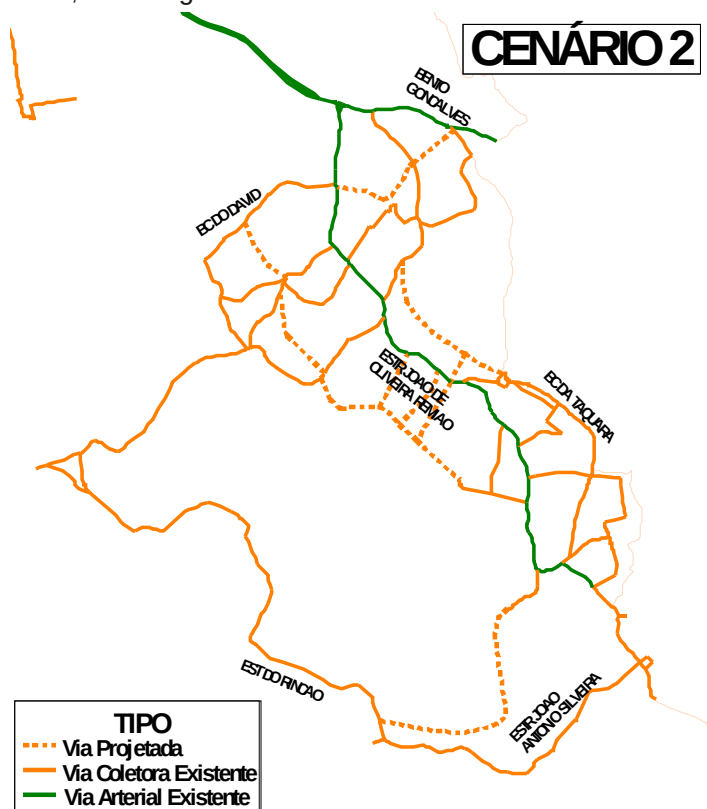
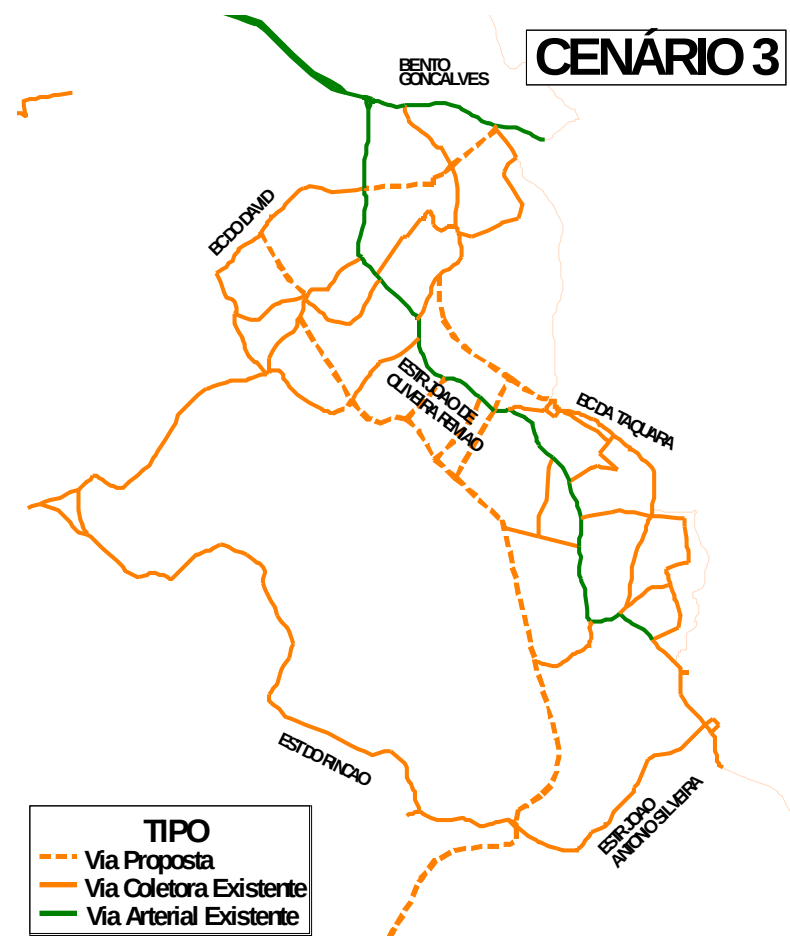


figura 5- Sistema Viário Proposto para a Lomba do Pinheiro Alternativa 1



ETAPA 3

Ordenamento da Estrada João de Oliveira Remião

Esta avenida, que tem o papel de espinha dorsal da região, merece um tratamento de via urbanizada com qualidade e segurança. O seu detalhamento exige a valorização de trechos mais utilizados para fins urbanos, configurando uma centralidade natural. Para este trecho será definido, em conjunto com os proprietários e inquilinos, medidas capazes de trazer conforto e segurança aos usuários. Proposta de um desenho para a via, previsão de alargamentos para estacionamento, cruzamentos e controladores de velocidade, além de todas as medidas necessárias para a proteção dos pedestres, paradas de ônibus equipadas, como por exemplo, vegetação, telefone, bancos, revista etc.

Sistema de Espaços Abertos

Conforme o conceito estabelecido no PDDUA os Espaços Abertos são as áreas, construídas ou não, destinadas aos equipamentos públicos e privados de uso coletivo. Estão propostos na Estratégia de Estruturação Urbana (Capítulo I, artigo 5º) como um sistema de espaços referenciais articulados, edificados ou não, de abrangência local, urbana ou regional, caracterizados pelo uso e pela promoção da interação social, com vistas a potencializar a legibilidade da cidade através do fortalecimento de centralidades e da valorização do patrimônio ambiental.

Por outro lado, verificamos diferentes escalas de utilização dos espaços existentes na região em estudo. Por tratar-se de população carente este conceito aplica-se perfeitamente, tendo em vista as características de uso e necessidade de espaços não só de lazer, mas de encontros cívicos, culturais, educacionais, sociais, comunitários, políticos e religiosos. O levantamento realizado através dos cadastros existentes nas diversas Secretarias e considerando o conceito adotado na montagem do Sistema Municipal de Espaços Abertos (espaço não construído) apontou, na região da Lomba do Pinheiro, poucas e pequenas praças sem equipamento (apenas com o campo de futebol). Nele foi incluído, como Espaço Aberto, o Parque Saint'Hilaire, alguns trechos de rua destinado ao lazer (Rua de Recreio) e feiras em dia e hora pré- determinados. O referido parque possui localização estratégica e grandes dimensões (1.180 ha), além de ser de interesse regional e com potencial de utilização como equipamento de interação social.

Sendo assim, na escala macro, propõe-se incorporar no Plano de Manejo do Parque Saint'Hilaire, possibilidade e acessibilidade ao uso efetivo de espaços urbanizados dentro dos seus limites, destinados ao lazer ativo e passivo, à instituições educacionais e científicas, e outras funções a serem estudados. Em nível local, ao planejar um sistema de espaços abertos na escala intermediária é necessário intervir considerando o conjunto de espaços existentes, bem como sua evolução histórica de acordo com os valores e costumes da população usuária destes espaços. Como iniciativa pública, é preciso criar espaços de agregação, de intercâmbio, criatividade, encontro e cultivo do corpo e do espírito, através de estratégia de integração do sistema de interfaces sociais e sistemas físico-espaciais, que possibilitam a livre circulação entre os seus componentes.

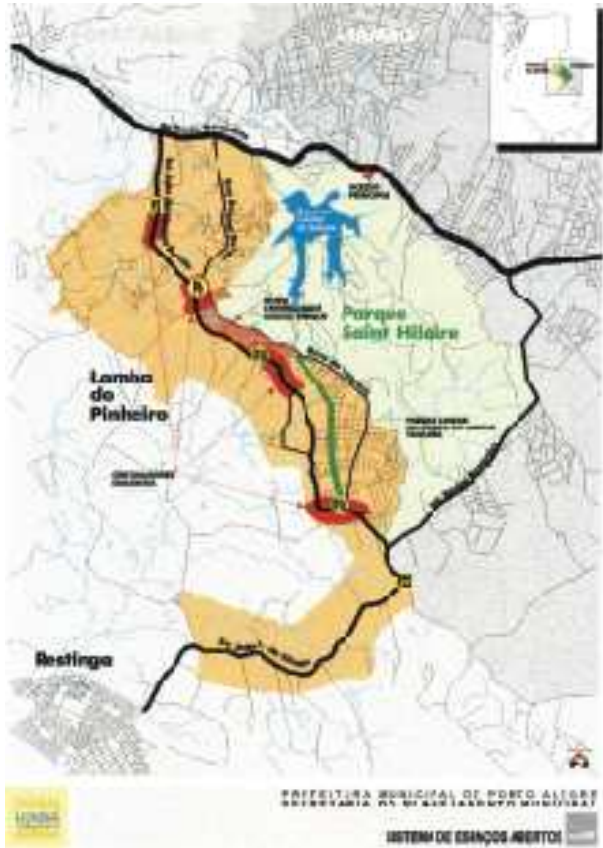
Para tanto, propõe-se lugares de apropriação coletiva, sejam privados ou públicos, como por exemplo, as escolas, postos de saúde, equipamentos de segurança, parques, praças, instituições religiosas, ginásios esportivos, centros de treinamento profissional, Centro de Tradições Gaúchas (CTGs), Centros Integrados de Educação Municipal (CIEMs) e outros. Estes espaços não estão plenamente identificados,

pois os agentes sociais devem antes disto compreender o conceito, para após ser feita uma classificação e localização. O passo seguinte é o de propor um sistema que ligue estes espaços em forma de um circuito.

Baseados numa visão de cidade a longo prazo, o Modelo Espacial proposto no novo Plano Diretor propõe a miscigenação de usos, como um elemento de democratização do espaço urbano, e com ela a perspectiva de Centralidades como elemento estruturador deste modelo. Na Lomba do Pinheiro foram identificados alguns trechos da Avenida João de Oliveira Remião com uma concentração de comércio e serviços, evidenciada pela dinâmica natural da cidade, e que, inseridos em um conceito mais amplo, podem fazer parte do sistema de espaços abertos.

Por último, na escala micro, estão os espaços cuja acessibilidade é propiciada pelo percurso a pé, em torno de 500 metros, permitindo que crianças e idosos facilmente tenham acesso aos equipamentos de utilização diária como a escola, praça etc.

HIERARQUIZAÇÃO DOS ESPAÇOS ABERTOS DA LOMBA DO PINHEIRO
Nível Macro
Parque Saint'Hilaire / Cemitério Parque Jardim da Paz / Centro de Treinamento da CEEE
Nível Local
Centros Comunitários / Igrejas / Postos de Saúde / Polícia / CTGs / Centros Esportivos
Centro Cultural
Nível Micro
Escolas / Praças / Creches / Mercado de abastecimento



Criação do Parque Linear Arroio Taquara

O Arroio Taquara está localizado na parte sul da Represa da Lomba do Sabão, sendo um de seus principais contribuintes. Sua nascente e boa parte de seu curso se encontram na porção mais antiga e estruturada da Lomba do Pinheiro, pelo ponto de vista da urbanização, sendo que em sua sub-bacia vivem mais de 20.000 habitantes. Até 1992 o arroio era o limite municipal entre Porto Alegre e Viamão, onde foram aprovados diversos loteamentos lindeiros, enquanto pelo lado de Porto Alegre os loteamentos instalaram-se clandestinamente, uma vez que a área era considerada de uso não residencial, com regime urbanístico indefinido.

O resultado desta ocupação foi a degradação deste bem natural, pois na época da implantação destes loteamentos não houve a colocação de redes básicas de abastecimento de água e coleta e destino para esgoto cloacal. Com o tempo as faixas de proteção marginais deste arroio foram desmatadas e ocupadas por habitações e usadas como local para despejo de lixo urbano. Como consequência, o curso d'água se encontra poluído com dejetos provenientes do esgoto residencial, pelo lixo e assoreado pela erosão causada por destruição da mata ciliar, gerando áreas de risco para moradores de suas margens.

Por outro lado, existe uma carência de áreas públicas de lazer na região, já que nos loteamentos clandestinos não houve a previsão destas áreas, enquanto nos regulares algumas áreas destinadas para equipamentos públicos foram ocupadas irregularmente. Esta situação problemática foi encarada como potencial pelo Projeto Integrado, que assumiu o desafio de enfrentar as diversas faces negativas já descritas, e se dispõe a propor uma ação que busque resolver estas em conjunto.

Proposta

A proposta consiste em promover a recuperação (renaturalização) e preservação do arroio Taquara, suas faixas de proteção marginais e áreas afins, os quais compõem o sistema de proteção dos bens ambientais da bacia do arroio Dilúvio. Esta se dará através do gravame de um Parque, a ser aprovado no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA), ao longo do extremo superior daquele arroio, como forma de consolidação desta preservação.

A definição dos limites do parque ainda está em estudo. Preferencialmente serão utilizadas as ruas existentes ou projetadas, englobando sempre que possível, no mínimo a faixa de proteção marginal definida por lei em 30.00 metros. Porém, visto se tratar da

recuperação de área ocupada, já se verificou que, em determinadas situações, estes limites poderão ser flexibilizados para fundos de lotes ou até mesmo estar dentro da área privada, desde que garantida a faixa de preservação. Também se faz necessário o gravame de algumas vias locais projetadas, que contribuirão para a conexão transversal dos loteamentos existentes.

Por outro lado, já está em andamento a contratação das obras de saneamento do Arroio Taquara, conforme projeto desenvolvido para o Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE). Este projeto prevê a construção de redes coletoras de esgoto cloacal, bem como de interceptores destas redes junto ao arroio, que conduzirão o esgoto coletado até a futura ligação com o sistema de tratamento de esgoto previsto para Porto Alegre, através do Sistema Ponta da Cadeia. Com isto se busca eliminar a contaminação do Arroio Taquara, sendo que este é um fator fundamental para a implantação do parque linear.

Parque Linear

O novo parque vai garantir a manutenção do meio natural recuperado, além de atender a demanda de áreas de lazer e de espaços públicos, podendo ser explorado no seu potencial educacional e científico, além de contribuir com a qualidade do espaço urbano e na conscientização da comunidade atingida quanto à importância da preservação deste bem natural.

A proposta de parque foi concebida em três setores básicos, com diferentes características e formas de implantação. O primeiro setor está localizado a partir da nascente do Arroio até a Rua São Pedro, na porção sul. Este setor será caracterizado pela preservação ambiental, uma vez que ainda existe mata ciliar bem conservada em quase toda extensão do arroio e a declividade do talvegue é bastante acentuada, o que dificulta bastante a implantação de equipamentos de lazer nestas condições. Além disto, aqui está prevista uma travessia do arroio através de ponte que, junto com novas ruas locais, fará a estruturação urbana deste setor, que hoje é deficiente.

O segundo setor é composto pelo trecho do arroio entre a Rua São Pedro e o ponto onde o arroio entra no Parque Saint'Hilaire. Neste trecho a declividade do talvegue é bem menor e ainda existem porções maiores de áreas vazias, que deverão ser incorporadas ao Parque com o parcelamento do solo destas glebas. Por isto, a característica deste setor, será a de proporcionar para comunidade lazer e cultura, uma vez que este trecho deverá receber grande parte dos equipamentos de lazer que comporão o Parque. Assim como no primeiro setor, há a necessidade de ruas locais para a estruturação urbana e para definição de limites do Parque.

Por fim, o terceiro setor do Parque acontece num afluente

do Arroio Taquara, localizado ao norte deste, que é paralelo a Estrada João de Oliveira Remião, fazendo o atual limite do Parque Saint'Hilaire. Neste setor, a proposta novamente é mais ligada à preservação, indicando que a faixa marginal de proteção deste arroio seja incluída ao Parque Saint'Hilaire, uma vez que esta faixa hoje está ameaçada pelas ocupações que vão até o arroio, localizadas ali. O limite passaria a ser uma via projetada, que faria a ligação viária alternativa à Via do Trabalhador. Também haverá reserva de área pública para implantação de equipamentos de lazer, fora do Parque Saint'Hilaire, com acesso por esta rua projetada.



Zoneamento proposto para o Parque Linear do Arroio Taquara

Objetivos do Parque

Implantação de área verde pública, sob a forma de parque, com vistas a:

- garantir a preservação do arroio, sua nascente e suas margens de proteção, cumprindo determinação legal, através da manutenção da cobertura vegetal existente e recuperação de áreas ocupadas inadequadamente;
- permitir, como benefício adicional, solução para a situação de risco das moradias localizadas ao longo das margens com seu reassentamento em local adequado;
- oferecer à Comunidade uma área verde pública com

atividades de lazer alternativas, com ênfase na educação ambiental, como forma de assegurar a proteção dos bens naturais existentes no local;

- oferecer à Comunidade a implantação de atividades produtivas, através de horta comunitária dentro dos princípios de economia solidária.

Esta proposta é um sub-projeto, que também deverá ser objeto de um detalhamento. Este ocorrerá de forma participativa, mediante a execução de oficinas de trabalho com alunos e seus pais das Escolas Municipais São Pedro, Saint'Hilaire e Afonso Guerreiro Lima, e com representantes das vilas envolvidas para formatar uma proposta de Parque frente ao conceito estabelecido. Também farão parte os demais órgãos municipais, como SMAM, SPM, DEMHAB, DEP, DMAE, SMIC, SECAR, SMOV, CAR Partenon/Lomba do Pinheiro, Fórum da Região de Planejamento 7, Fórum Regional do Orçamento Participativo e Conselho Popular da Lomba do Pinheiro.

Etapas do Trabalho

1. Identificação dos atores num processo de discussão com a Comunidade;
2. Apresentação da importância do Parque (proteção ambiental e oferta de lazer)
3. Desenvolvimento do conceito, limites e atividades a serem implantadas;
4. Gravame no PDDUA dos limites do Parque, de acordo com o debate na região;
5. Identificação do programa de necessidades, a partir do potencial, condicionantes e demandas locais;
6. Elaboração e aprovação do projeto nos órgãos competentes;
7. Execução das obras.

Desenvolvimento Local

Para incentivar o desenvolvimento local a Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC) desenvolve uma série de programas de geração de renda, que têm como público alvo a população de baixa renda e trabalhadores em geral, cujas ações também são desenvolvidas junto às comunidades.

Um destes, desenvolvido por meio da Supervisão de Economia Popular, é o Projeto de Educação para o Trabalho e Cidadania (PETC). Seu objetivo é o de propiciar formação profissional e desenvolver conteúdos de educação para cidadania, tais como direitos sociais e organização associativa. Oferece cursos de formação profissional em

diversas áreas, com alunos recebendo bolsa-auxílio.

A SMIC organiza as turmas com pessoas de baixa renda, que não possuem qualificação profissional ou capacidade de gerar renda própria e que estão interessadas em aprender um mesmo ofício. Na Lomba do Pinheiro já foram realizados cursos deste programa, sobre marcenaria, mudas e conservas, padaria e confeitaria.

Outro destes programas é o Projeto Ações Coletivas (PAC), que busca potencializar o desenvolvimento de atividades econômicas organizadas em empreendimentos coletivos, cuja produção de bens ou serviços seja capaz de gerar renda suficiente para auto-sustentar grupos conveniados com o projeto. Desenvolve-se em três eixos básicos:

- capacitação profissional e gerencial por meio de cursos;
- desenvolvimento de meios de comercialização dos produtos junto ao público envolvido;
- cedência de equipamentos necessários à produção e a concessão de espaço físico em Incubadoras.

Associado a isto, o Projeto Incubadoras Populares proporciona espaço físico dividido em módulos com infra-estrutura compartilhada, onde são oferecidos cursos de formação gerencial e capacitação técnico-profissional, tanto para o público que desenvolve atividades na incubadora como para o público externo da região.

Ainda existe o programa que se constitui numa ação pública, que combina preservação ambiental e geração de renda, através do apoio às associações que participam na Coleta Seletiva de Lixo da cidade. Busca estimular uma rede de parceria entre entidades governamentais e não governamentais, que atuam no campo da Economia Popular, com o objetivo de trocar informações e ações comerciais. Ainda auxilia na implantação de projetos ligados à cadeia da produção de reciclagem de lixo seco, tais como central de vendas e unidades de beneficiamento de plásticos.

Por outro lado, a Supervisão de Abastecimento desenvolve, por meio do Programa de Segurança Alimentar, o Projeto de Desenvolvimento de Agricultura Urbana e Rururbana, o Programa de Incentivo aos Pescadores Artesanais e Profissionais, o Projeto de Desenvolvimento da Piscicultura e o Programa de Fruticultura e Suinocultura. Destes, destacamos o primeiro, que foi concebido dentro dos conceitos de sustentabilidade de produção, processamento e comercialização de produtos alimentares e não alimentares, incluindo um processo educativo, pedagógico e participativo da comunidade local. Além disto, a estratégia deste programa é valorizar a realidade existente, desenvolvendo o potencial da região nesta área.

Consiste, basicamente, em três etapas. A primeira de sensibilização, onde se busca a socialização do conhecimento e a formação de um grupo de agricultura urbana. A segunda etapa é a de capacitação, através da formação de multiplicadores que adotam um

método de motivação para ampliar o programa. Por fim, a etapa de execução implementa o programa, com vistas a verticalização da pequena produção. Este projeto promove parcerias com entidades da sociedade civil e a transversalidade das ações das diversas secretarias da Prefeitura.

A Lomba do Pinheiro está indicada como uma das regiões prioritárias para a implementação desde projeto, uma vez que apresenta características favoráveis, do ponto de vista da disponibilidade de áreas vazias e de uma população oriunda do interior e com propensão ao desenvolvimento desta atividade. Dentre as propostas priorizadas, no setor econômico, está a de fomentar a agricultura urbana, de maneira experimental, para a qual serão detalhadas as ações específicas.



RESULTADOS

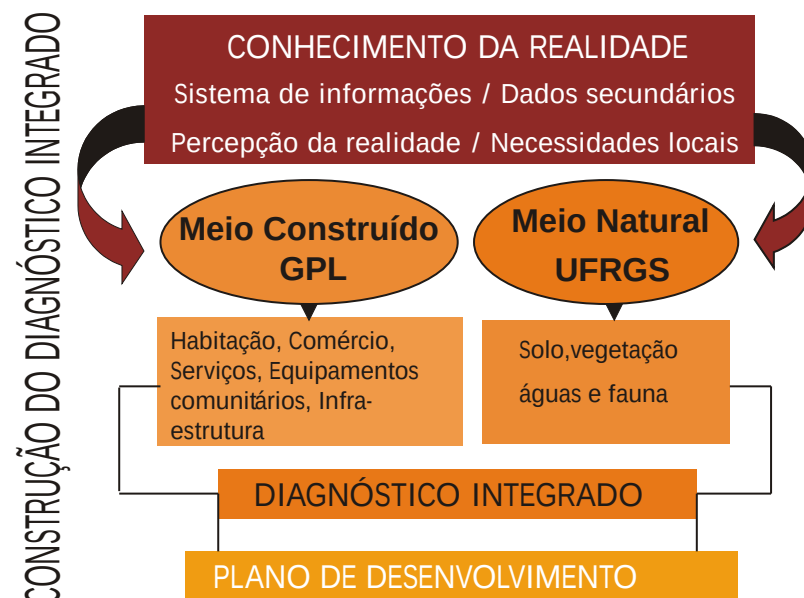
Construção do Diagnóstico Integrado

A partir do Termo de Referência (elaborado em 1999) teve início a construção do Plano de Gestão Urbanístico Ambiental, com o objetivo de obter as informações necessárias para uma avaliação precisa dos meios natural e construído da região da Lomba. Este trabalho culminou com a contratação de serviços especializados (UFRGS) e com a formação de Grupos de Trabalho (GT) para detalhar temas específicos (sistema viário estruturador, áreas de lazer, regularização urbanística e geração de renda, apresentados na Parte II).

Na fase preliminar constitui-se um grupo de trabalho, com a participação da equipe do projeto e de representantes das Secretarias Municipais mais diretamente envolvidas com a temática do projeto, para avaliar o meio construído. Após assinatura do contrato, em junho de 2002, entre Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), foram iniciados, também, estudos sobre o meio natural. Utilizando parâmetros de eficiência na execução dos serviços a equipe organizou os dados e buscou construir um método para que se chegasse a um Diagnóstico Integrado.

Os estudos intensificaram-se no sentido de garantir aos participantes do grupo técnico o conhecimento amplo dos conteúdos das diferentes disciplinas e temas específicos. Houve o cruzamento de informações e a definição de critérios, aferindo valores, para que se obtivesse soluções compatibilizadas e viáveis tecnicamente referentes à infra-estrutura básica, estruturação urbana e qualidade de vida.

O Diagnóstico Integrado - em fase final de elaboração - consiste em analisar e integrar as informações disponíveis, tanto de dados secundários (uso e ocupação do solo, infra-estrutura e serviços, estrutura viária, dinâmica populacional, estrutura produtiva e geração de renda), como do meio natural (águas, solos, vegetação, fauna e clima). A elas são incorporadas outras informações e avaliações obtidas por meio de caminhadas de observação no local, entrevistas e da construção de mapas síntese de percepção da realidade.



Grupo de Planejamento Local (GPL)

Para incorporar diferentes visões foi instituído, em setembro de 2002, o Grupo de Planejamento Local (GPL) integrado por representantes regionais da população, do Conselho Popular, da Igreja, escolas, postos de saúde, organizações não-governamentais, Fórum de Planejamento Regional, além de diversas Secretarias Municipais, da EMATER, METROPLAN e UFRGS. Seu objetivo era possibilitar que a comunidade colaborasse na elaboração de um diagnóstico "perceptivo" da região (Diagnóstico Rápido Participativo).

Para a elaboração deste trabalho o GPL passou, inicialmente, por uma etapa de "Leitura da Paisagem" (dezembro de 2002). Seus integrantes percorreram a Lomba para observar seus aspectos físicos, sociais e econômicos. Tais observações ficaram registradas num mapa de áreas homogêneas entre si. O passo seguinte foi a realização de oficinas (janeiro de 2003) para a montagem de um questionário, com 38 perguntas, que foi aplicado na região. Para o

desenvolvimento do trabalho a área foi dividida em seis partes e em cada uma delas os moradores opinaram sobre temas variados como meio ambiente, equipamentos, sistema viário, segurança, serviços etc.



Diagnóstico Rápido e Participativo elaborado com o GPL

Foram respondidos mais de 60 questionários, todos devidamente tabulados durante o mês seguinte, com um resultado acima do esperado: as pessoas não apontaram apenas problemas, mas também apontaram soluções. Ainda foram ouvidos 20 moradores idosos que deram depoimentos sobre a história da Lomba (resgate do passado). Este método, em construção, não está baseado em nenhum plano de trabalho rígido que siga passos preestabelecidos, mas propicia um processo de aprendizagem intensivo, sistêmico e semi-estruturado. Os resultados parciais estão sendo divulgados, nesta publicação, com a intenção de subsidiar os debates entre instituições e comunidade local, contribuindo para a modelagem de uma metodologia a ser aplicada em

outros territórios.

Diagnóstico Rápido Participativo (DRP)

Os propósitos do DRP estão voltados para uma melhor compreensão dos diversos e complexos aspectos que interferem no desenvolvimento desejado. Dependem diretamente do enfoque e dos objetivos do projeto, de quais aspectos precisam ser avaliados e do grau de organização e mobilização da comunidade em torno do projeto. Isto significa dizer que o conhecimento da realidade é visto como um processo e não um momento estanque, isolado. Como uma aprendizagem que requer não só coleta de dados quantitativos mas, também, e principalmente, uma leitura qualitativa, particular e analítica desta realidade. No caso do estudo em andamento na Lomba do Pinheiro foi considerada a etapa do processo que se encontra o projeto, pois a idéia e concepção do projeto como um todo estão sendo implementadas. Em paralelo existem grupos técnicos avaliando questões específicas que tem acompanhado e colaborado com as ações propostas.

Para o desenvolvimento deste trabalho se adota passos progressivos de forma lógica. Busca-se explicar as situações e não apenas descrevê-las, utilizando-se ferramentas que facilitam o entendimento de como se dão as relações entre os diferentes sistemas que interferem tanto no meio natural como construído. Consiste em elaborar um diagnóstico participativo, com envolvimento da população local em todas as etapas do processo.

Para definir os problemas e suas causas são utilizadas técnicas de dinâmica de grupo, entrevistas, comunicação oral e observação de campo. Na análise e determinação de possíveis soluções, utiliza-se a árvore de problemas - diagrama de causas e efeitos, matriz de priorização de problemas e identificação de soluções locais. Já no planejamento de ações, se definem quais são os passos a serem dados em direção à concretização das ações, quem são os responsáveis por estes e em quanto tempo devem ocorrer. Por fim, o monitoramento e avaliação devem indicar as devidas correções, para garantir o resultado desejado.

Como princípio se estabelece o envolvimento da comunidade, aumentando a participação gradativamente e capacitando os agentes para atuar localmente. Conseguir um aprendizado melhor tem sido o desafio do grupo, que possui diferentes formações e deve investigar os assuntos sob diferentes pontos de vista. Em vários encontros com estes agentes institucionais e população em geral, foram debatidos os temas de interesse da região, que geraram comissões específicas para acompanhar e dar suporte às ações imediatas desenvolvidas pelo Projeto. À medida que se consolida a integração desejada, estas

em outra oportunidade serão os agentes do projeto no desejado desenvolvimento sustentável.

		Atividade	Descrição
2002	Set.-Out.	CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE PLANEJAMENTO LOCAL GPL	Conhecimento da metodologia de trabalho e indicação dos representantes das instituições públicas e da comunidade local
	Dez.	MAPA DA LEITURA DE PAISAGEM	Visita às diferentes partes da região observando características físicas, sociais e econômicas resultando em mapa perceptivo com divisão em áreas homogêneas
2003	Jan.-Fev.	ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS	Aplicação de questionários por sub-região com perguntas abertas, de acordo com aspectos definidos pelo GPL
	Fev.-Mar	SISTEMATIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS	Organização dos resultados nas sub-regiões, quantificando os problemas e potencialidades por temas
	Fev.-Mar	RESGATE DA LOMBA DO PASSADO	Atividade com moradores antigos fazendo relato da região como era o cotidiano de antigamente
	Fev.-Mar	DIAGRAMA DAS RELAÇÕES SOCIAIS	Identificação dos organismos internos e externos que atuam na sub-região, com análise da importância de sua contribuição para o desenvolvimento da comunidade
	Março	VALIDAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS E DIAGRAMA	Apresentação dos conteúdos trabalhados e contribuição do grupo ampliado
	Março	DIAGNÓSTICO DO MEIO CONSTRUÍDO	Oficina de construção do mapa geral de toda região de problemas e potencialidades a partir da apresentação dos resultados das sub-regiões
	Abril	DIAGNÓSTICO INTEGRADO	Reunião e análise conjunta dos levantamentos do meio natural (UFRGS) e meio construído (GPL)
	Mai-Junho	DEFINIÇÃO DE PROPOSTAS	Priorização de ações para toda a região
	Junho	DETALHAMENTO	Pré-viabilidade técnica, financeira e institucional das propostas
	a partir de Julho	PLANO DE DESENVOLVIMENTO	Viabilidade das ações e implementação das propostas

Diagnóstico Rápido e Participativo - Etapas

Leitura da Paisagem

Esta ferramenta possibilita através da visita a campo e observação dos aspectos relevantes do local, identificar áreas heterogêneas do ponto de vista social - econômico - ambiental, separando e descrevendo sub-regiões nas quais as características se assemelham, ao mesmo tempo que se diferenciam, e que foi aplicada na região em estudo adequadamente na etapa de percepção da realidade.

O público envolvido com esta etapa inclui profissionais da Prefeitura, da parceria METROPLAN e EMATER, além da comunidade em geral. Em outubro de 2002 ocorreu uma oficina preparatória que buscou o nivelamento de conhecimentos. A definição dos aspectos a serem observados foram identificados a partir da seguinte pergunta orientadora: o que é importante conhecer na Lomba do Pinheiro?

As expectativas relacionadas nesta oficina corresponderam, com muita semelhança, aos eixos de atuação que já vinham sendo encaminhados para análise do meio construído.Quanto aos aspectos ambientais foram apontadas a necessidade de avaliação técnica do solo, das nascentes, das áreas de vegetações, ecologia, arroios poluídos, desmatamentos, educação sobre o lixo, o aproveitamento de matéria prima, como lenha, adubo etc (por exemplo, o Projeto Folha Seca).

Quanto aos aspectos sociais foi colocado o reconhecimento da história; taxa de natalidade e crescimento populacional; diálogo com a comunidade; escolas, números de vagas, faixa etária; desemprego; expectativas de emprego; relação intersocial; áreas com potencial para loteamentos e maior participação. Também

foram mencionados o cuidado que deve haver para com o desenvolvimento sustentável e questões como a necessidade de reassentamentos para quem já mora na região e ocupações irregulares com grandes aglomerados

Já o grupo que analisou os aspectos econômicos apontou à falta de atividades de serviços e de cadeias produtivas. Também propôs o desenvolvimento de um projeto de geração de renda; apontou a falta de empregos e de maior incentivo à agricultura.

Na etapa seguinte, ocorreu a leitura da paisagem propriamente dita. As equipes foram divididas e cada uma delas percorreu uma das seis sub-regiões, conforme roteiros preestabelecidos, garantindo a visualização total dos diferentes espaços da região. Para não prejudicar a observação dos aspectos diferenciados a serem destacados (algumas particularidades sociais, ambientais e econômicas), os grupos foram cuidadosamente compostos por representação institucional equilibrada e distribuída. Além disto, a comunidade moradora foi convidada a participar do roteiro que não fazia parte de seu cotidiano.

A proposta, desta forma, foi muito útil para o registro da situação existente e a compreensão do espaço territorial estudado, além de propiciar ao participante uma oportunidade de conhecer outras partes, e a região como um todo. Cada grupo observou aspectos sociais, como as moradias, o transporte, a educação, saúde, comunicação, lazer e organização comunitária. Quanto ao aspecto econômico foram anotadas as atividades de comércio e serviços, culturas, criações de animais, geração de renda, produção e indústria. Do ponto de vista ambiental foi verificado o solo, cursos de água, topografia, vegetação e fauna.



Construção da Leitura da Paisagem

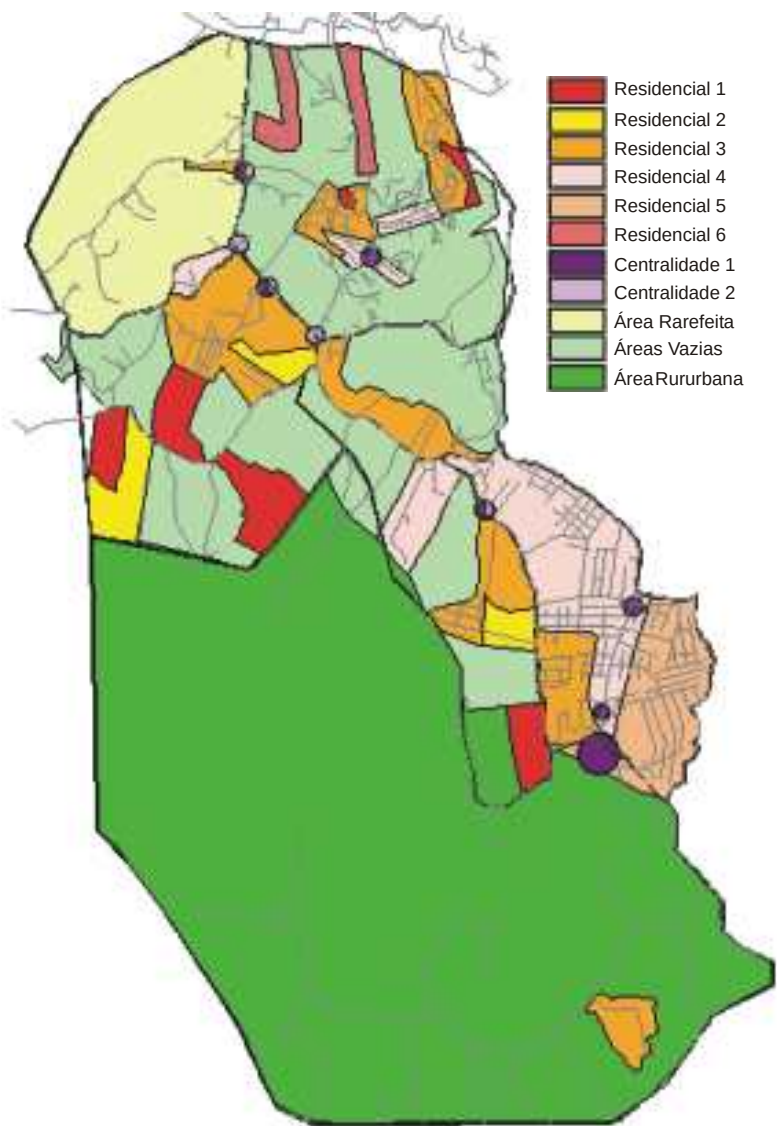


Área



Equipe

No retorno das visitas em campo foi realizada a tabulação das anotações e a sistematização das observações feitas pelos grupos, foi registrada num mapa, de acordo com o roteiro percorrido, respeitando os aspectos sociais, econômicos e ambientais, que após apresentação em plenária, receberam contribuições do público presente. O resultado das observações de campo - complementadas segundo o conhecimento e as vivências dos moradores - foi novamente sistematizado e desenhado pela equipe técnica e o produto debatido, num segundo encontro do GPL, buscando o consenso e referendado conforme avaliações do grupo.



SUB-REGIÕES DA LEITURA DA PAISAGEM
ÁREAS HOMOGÊNEAS

Mapa Leitura da Paisagem e as 6 Sub-regiões de Entrevistas

Características das Regiões Homogêneas

Residencial 1	Ocupação Precária	Loteamento ou ocupação clandestina com focos de miserabilidade, caracterizada pela falta de infra-estrutura, rede elétrica improvisada, esgoto a céu aberto, ocupação densa com moradias precárias, baixa atividade econômica, degradação ambiental, lixo, declividade e áreas de risco.
Residencial 2	Loteamento Precário	Loteamento irregular ou clandestino, com algumas redes de infra-estrutura, como água e elétrica nas vias principais, porém falta de equipamentos e serviços. Pontos com área de risco e focos de poluição e degradação ambiental. Alguma produção caseira e comércio local. Alguma organização comunitária.
Residencial 3	Loteamento Irregular	Loteamentos Irregulares e assentamentos do Demhab, sem maiores focos de miséria, com redes de infra-estrutura, algumas ruas asfaltadas com saneamento, escola e pequenos comércios, mas ainda com arroios ocupados, focos de lixo e poluição, degradação ambiental nas áreas de risco.
Residencial 4	Loteamento Clandestino Pequeno	Pequenos loteamentos clandestinos, com infra-estrutura, lotes maiores e casas melhores de alvenaria, com pátio, horta ou pomar, condições sociais melhores, próximo ao transporte coletivo, escola e creche. Ocupação irregular, degradação e poluição mais junto aos arroios
Residencial 5	Loteamento Clandestino Maior	Loteamento clandestino maior, formando um conjunto mais estruturado, lotes maiores porém com casas simples, sem muitos equipamentos, redes infra-estrutura parcialmente implantadas, pouco comércio ou serviço. Vegetação natural junto ao arroio, mas algumas áreas ocupadas - área de risco
Residencial 6	Condomínios	Existência de condomínios de classe média e alta, sítios privados, com áreas verdes de intensa vegetação, jardins, casas boas com infra-estrutura. Poucos pontos de comércio e serviço. Área em processo de ocupação através de cooperativas habitacionais.
Centralidade 1	Comercial	Concentração de atividades de comércio e serviços. Lojas de porte maior, como mercados, padarias, material de construção e banco, além dos serviços de segurança. Zona vinculada a uma rua principal, de acesso fácil, com transporte coletivo e infra-estrutura.
Centralidade 2	Social	Centralidade associada a existência de serviços comunitários e sociais, como igreja, escola de 2º Grau, posto saúde. Estes equipamentos acabam concentrando também atividades comerciais em sua volta. Acesso fácil, ligado ao transporte coletivo e rua principal de acesso.
Área Rarefeita	Área com produção primária	Área com baixa densidade populacional, com sítios de lazer, de criação de animais e hospedagem de cavalos. Hortas e pomares, lavouras de subsistência e mineração de pedras. Arroios e mata nativa preservada nos sítios. Projeto CEITEC. Processo progressivo de ocupação habitacional.
Áreas Vazias	Áreas com baixa densidade	Grandes propriedades, com a frente junto à rua, ocupada com casas alugadas, com infra-estrutura, e fundo preservado nos arroios e mata nativa, várias nascentes, com potencial de loteamento. Comércio junto à rua.
Área Rururbana	Área com produção agrícola	Baixa densidade populacional, carência de infra-estrutura, propriedades agrícolas maiores e de criação comercial de animais. Nascentes do Arroio do Salso, declividade e banhados. Fauna diversificada. Focos dejetos suínos - degradação

O mapa que revela as características da região foi obtido por sub-regiões, que define a localização e delimitação de espaços homogêneos, além da descrição das principais características sociais, econômicas e ambientais, representadas por diferentes cores no mapa. A metodologia adotada também utiliza dados secundários tais como o perfil sócio-econômico da população, conforme o Censo disponibilizado pelo IBGE, mapas e cadastros existentes na PMPA, levantamento de informações coletadas em domicílios por agentes de saúde, entre outros. Estes dados foram levantados antecipadamente e contribuem, de forma significativa, no desenvolvimento simultâneo da avaliação mais perceptiva realizada pelo conjunto de moradores, para o grupo de profissionais multidisciplinares, representantes dos diversos órgãos

municipais, responsáveis pela definição e implementação de políticas públicas e atendimento das demandas sociais da região.

A construção da "Leitura da Paisagem" é uma ferramenta importante no processo de planejamento local, mesmo que este seja contínuo e adequado à dinâmica da região. É fundamental para a compreensão da realidade regional e, no decorrer do tempo, vai sendo formatada de acordo com a evolução do processo de desenvolvimento.

Entrevistas Semi-estruturadas e Sistematização

Foram elaboradas pelo GPL tanto as questões a serem perguntadas aos entrevistados, como o número de entrevistas e a divisão do bairro por equipes, incluindo a preocupação de buscar as opiniões e sugestões nas diferentes faixas etárias (adolescentes, adultos e idosos), indicando proporcionalmente os nomes e endereços dos escolhidos. Contendo perguntas abertas, de acordo com aspectos definidos pelo grupo nas reuniões de organização, que ocorreram de janeiro a março de 2003, as mesmas acabaram proporcionando um momento de troca de experiências.

A etapa seguinte correspondeu à sistematização das informações, que foram obtidas através da aplicação de mais de 60 questionários que, num primeiro momento, foi realizada por cada uma das seis equipes de entrevistadores. Atingindo plenamente os resultados, a comunidade local, por meio de seus representantes, trabalhou intensamente para selecionar os temas e perguntas, de forma a não comprometer os resultados. Todas as questões foram tratadas cuidadosamente de maneira a obterem-se respostas claras e objetivas. Sob a forma de diálogo, o entrevistador estava orientado por perguntas auxiliares, possibilitando que o entrevistado comentasse as questões levantadas.



Oficina de sistematização das Entrevistas

Os temas que fizeram parte das entrevistas foram: meio-ambiente, áreas de risco, lixo, áreas vazias, infra-estrutura e sistema viário. Os equipamentos como creches, escolas, postos de saúde e seu atendimento, lazer, habitação, organização comunitária e participação foram temas abordados no grupo que tratou dos aspectos sociais, enquanto que questões relativas à segurança, telefone, correio, bancos, comércio em geral e trabalho e renda ficaram a cargo do grupo da área econômica.

A seguir, estão sistematizadas por sub-regiões, na íntegra, as propostas obtidas nas entrevistas com moradores indicados e questionados quanto os aspectos físicos, sociais e econômicos das questões consideradas problemas e potencialidades. Salienta-se que nesta fase nem todos entrevistados colocaram propostas porque esta não era uma pergunta direta. Mesmo assim, surgiram muitas manifestações que expressam com clareza uma forte intenção de mudança da situação atual.



Realização das Entrevistas Semi estruturadas

	IDM*	IDM1 e IDM2	S. D. D. 2006 I		S. D. D. 2006 II		S. D. D. 2006 IV		S. D. D. 2006 A. S.	
			REC. I	%	REC. I	%	REC. I	%	REC. I	%
ÁREA FÍSICA	Educação	Faltas pagas em decorrência de falta de recursos humanos	0	0%	0	0%	0	0%		
		Faltas pagas em decorrência de falta de materiais	0	0%	0	0%	0	0%		
		Atendimentos	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
		Salários e gratificações devidos de 01/01/06					0	0%		
		Despesas com materiais, água, luz, telefone					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais			0	0%	0	0%	0	0%
	Saúde	Despesas com materiais					0	0%	0	0%
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
	ÁREA FÍSICA	Educação	Faltas pagas em decorrência de falta de recursos humanos	0	0%			0	0%	
Faltas pagas em decorrência de falta de materiais			0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Despesas com materiais, água, luz, telefone							0	0%		
Despesas com materiais			0	0%			0	0%	0	0%
Despesas com materiais							0	0%		
Despesas com materiais			0	0%			0	0%	0	0%
Despesas com materiais							0	0%		
Saúde		Despesas com materiais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
ÁREA FÍSICA	Educação	Faltas pagas em decorrência de falta de recursos humanos	0	0%	0	0%				
		Faltas pagas em decorrência de falta de materiais	0	0%	0	0%				
		Despesas com materiais, água, luz, telefone					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
	Saúde	Despesas com materiais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
ÁREA FÍSICA	Educação	Faltas pagas em decorrência de falta de recursos humanos	0	0%	0	0%				
		Faltas pagas em decorrência de falta de materiais	0	0%	0	0%				
		Despesas com materiais, água, luz, telefone					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
	Saúde	Despesas com materiais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
ÁREA FÍSICA	Educação	Faltas pagas em decorrência de falta de recursos humanos	0	0%	0	0%				
		Faltas pagas em decorrência de falta de materiais	0	0%	0	0%				
		Despesas com materiais, água, luz, telefone					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
	Saúde	Despesas com materiais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
ÁREA FÍSICA	Educação	Faltas pagas em decorrência de falta de recursos humanos	0	0%	0	0%				
		Faltas pagas em decorrência de falta de materiais	0	0%	0	0%				
		Despesas com materiais, água, luz, telefone					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
	Saúde	Despesas com materiais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
ÁREA FÍSICA	Educação	Faltas pagas em decorrência de falta de recursos humanos	0	0%	0	0%				
		Faltas pagas em decorrência de falta de materiais	0	0%	0	0%				
		Despesas com materiais, água, luz, telefone					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
	Saúde	Despesas com materiais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
ÁREA FÍSICA	Educação	Faltas pagas em decorrência de falta de recursos humanos	0	0%	0	0%				
		Faltas pagas em decorrência de falta de materiais	0	0%	0	0%				
		Despesas com materiais, água, luz, telefone					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
	Saúde	Despesas com materiais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
ÁREA FÍSICA	Educação	Faltas pagas em decorrência de falta de recursos humanos	0	0%	0	0%				
		Faltas pagas em decorrência de falta de materiais	0	0%	0	0%				
		Despesas com materiais, água, luz, telefone					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
	Saúde	Despesas com materiais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
ÁREA FÍSICA	Educação	Faltas pagas em decorrência de falta de recursos humanos	0	0%	0	0%				
		Faltas pagas em decorrência de falta de materiais	0	0%	0	0%				
		Despesas com materiais, água, luz, telefone					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
	Saúde	Despesas com materiais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
ÁREA FÍSICA	Educação	Faltas pagas em decorrência de falta de recursos humanos	0	0%	0	0%				
		Faltas pagas em decorrência de falta de materiais	0	0%	0	0%				
		Despesas com materiais, água, luz, telefone					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
	Saúde	Despesas com materiais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
ÁREA FÍSICA	Educação	Faltas pagas em decorrência de falta de recursos humanos	0	0%	0	0%				
		Faltas pagas em decorrência de falta de materiais	0	0%	0	0%				
		Despesas com materiais, água, luz, telefone					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
	Saúde	Despesas com materiais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
ÁREA FÍSICA	Educação	Faltas pagas em decorrência de falta de recursos humanos	0	0%	0	0%				
		Faltas pagas em decorrência de falta de materiais	0	0%	0	0%				
		Despesas com materiais, água, luz, telefone					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
	Saúde	Despesas com materiais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
ÁREA FÍSICA	Educação	Faltas pagas em decorrência de falta de recursos humanos	0	0%	0	0%				
		Faltas pagas em decorrência de falta de materiais	0	0%	0	0%				
		Despesas com materiais, água, luz, telefone					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
	Saúde	Despesas com materiais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
ÁREA FÍSICA	Educação	Faltas pagas em decorrência de falta de recursos humanos	0	0%	0	0%				
		Faltas pagas em decorrência de falta de materiais	0	0%	0	0%				
		Despesas com materiais, água, luz, telefone					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
	Saúde	Despesas com materiais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
ÁREA FÍSICA	Educação	Faltas pagas em decorrência de falta de recursos humanos	0	0%	0	0%				
		Faltas pagas em decorrência de falta de materiais	0	0%	0	0%				
		Despesas com materiais, água, luz, telefone					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
	Saúde	Despesas com materiais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
ÁREA FÍSICA	Educação	Faltas pagas em decorrência de falta de recursos humanos	0	0%	0	0%				
		Faltas pagas em decorrência de falta de materiais	0	0%	0	0%				
		Despesas com materiais, água, luz, telefone					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
	Saúde	Despesas com materiais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
ÁREA FÍSICA	Educação	Faltas pagas em decorrência de falta de recursos humanos	0	0%	0	0%				
		Faltas pagas em decorrência de falta de materiais	0	0%	0	0%				
		Despesas com materiais, água, luz, telefone					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
	Saúde	Despesas com materiais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
ÁREA FÍSICA	Educação	Faltas pagas em decorrência de falta de recursos humanos	0	0%	0	0%				
		Faltas pagas em decorrência de falta de materiais	0	0%	0	0%				
		Despesas com materiais, água, luz, telefone					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
	Saúde	Despesas com materiais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
ÁREA FÍSICA	Educação	Faltas pagas em decorrência de falta de recursos humanos	0	0%	0	0%				
		Faltas pagas em decorrência de falta de materiais	0	0%	0	0%				
		Despesas com materiais, água, luz, telefone					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
	Saúde	Despesas com materiais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
ÁREA FÍSICA	Educação	Faltas pagas em decorrência de falta de recursos humanos	0	0%	0	0%				
		Faltas pagas em decorrência de falta de materiais	0	0%	0	0%				
		Despesas com materiais, água, luz, telefone					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
		Despesas com materiais	0	0%			0	0%	0	0%
		Despesas com materiais					0	0%		
	Saúde									

			SUB-REGIÃO 1		SUB-REGIÃO 2		SUB-REGIÃO 3/4		SUB-REGIÃO 5/6	
ÁREA FÍSICA	TEMA	POTENCIALIDADES	INCID.	%	INCID.	%	INCID.	%	INCID.	%
	Meio Ambiente	Animais silvestres	14	93%	7	70%	6	50%	5	23%
		Locais preservados	8	53%	2	20%	6	50%		
	Áreas de Risco									
	Lixo									
	Áreas Vazias									
	Infra-Estrutura	Tem água	8	53%	4	40%			4	18%
		Boa (Incubadora - pequenas empresas)					12	100%		
		Iluminação pública boa	5	33%	4	40%	6	50%	5	23%
		Água e luz (Pitinga, Rua da comunidade)	5	33%			6	50%		
ÁREA SOCIAL	Sistema Viário	Transporte coletivo bom (de forma geral)	4	27%	1	10%	8	67%	4	18%
	Creche / Escola									
	Saúde	Presença de quintal	8	53%	2	20%				
		Sabe como cuidar dos animais			8	80%				
		Algumas pessoas têm horta(frutas e plantas medicin.)	8	53%	7	70%			7	32%
		Tem divulgação das atividades do Posto			5	50%	4	33%		
	Lazer	Praças, parque	1	7%			8	67%		
	Organização Comunitária e Participação	CAR e outros mais atuantes p/ conscientização	8	53%						
		Tem grupos, associações, conselhos	2	13%	6	60%	4	33%	11	50%
		Cercadas, com os donos identificados					7	58%		
ÁREA ECONÔMICA	Serviços									
	Comércio	População fiscaliza	8	53%			1	8%		
		Minimercados (Parada 4)			7	70%	1	8%		
		Data de validade OK					6	50%		
	Trabalho e Renda	Produção caseira, hortas / cucas	8	53%	3	30%			3	14%
		Prof. mais comuns: porteiro, pedreiro, domést., serven.			6	60%	7	58%	10	45%
		Produção rural (leite, milho, aipim, feijão, hortifrutigranjeiros)			1	10%	8	67%	6	27%

Propostas

ÁREA	ID	PROPOSTA		ID	PROPOSTA		ID	PROPOSTA	
		PROPOSTA	PROPOSTA		PROPOSTA	PROPOSTA		PROPOSTA	PROPOSTA
ÁREA 1	Dica 1	1	2	3	4	5	6	7	8
		1	2	3	4	5	6	7	8
		1	2	3	4	5	6	7	8
	Dica 2	1	2	3	4	5	6	7	8
		1	2	3	4	5	6	7	8
		1	2	3	4	5	6	7	8
	Dica 3	1	2	3	4	5	6	7	8
		1	2	3	4	5	6	7	8
		1	2	3	4	5	6	7	8
	Dica 4	1	2	3	4	5	6	7	8
		1	2	3	4	5	6	7	8
		1	2	3	4	5	6	7	8
ÁREA 2	Dica 1	1	2	3	4	5	6	7	8
		1	2	3	4	5	6	7	8
		1	2	3	4	5	6	7	8
	Dica 2	1	2	3	4	5	6	7	8
		1	2	3	4	5	6	7	8
		1	2	3	4	5	6	7	8
	Dica 3	1	2	3	4	5	6	7	8
		1	2	3	4	5	6	7	8
		1	2	3	4	5	6	7	8
	Dica 4	1	2	3	4	5	6	7	8
		1	2	3	4	5	6	7	8
		1	2	3	4	5	6	7	8
ÁREA 3	Dica 1	1	2	3	4	5	6	7	8
		1	2	3	4	5	6	7	8
		1	2	3	4	5	6	7	8
	Dica 2	1	2	3	4	5	6	7	8
		1	2	3	4	5	6	7	8
		1	2	3	4	5	6	7	8
	Dica 3	1	2	3	4	5	6	7	8
		1	2	3	4	5	6	7	8
		1	2	3	4	5	6	7	8
	Dica 4	1	2	3	4	5	6	7	8
		1	2	3	4	5	6	7	8
		1	2	3	4	5	6	7	8

Esta ferramenta, sem dúvida, significa um aprofundamento do diagnóstico, na medida em que os entrevistados são questionados por temas abrangentes e de seu pleno conhecimento. Embora realizada no formato de amostragem, representa a opinião de moradores com fortes vínculos com a região.

Por fim, esta sistematização foi espacializada no Mapa de Problemas e Potencialidades, onde está representada a incidência dos problemas mencionados, por região de entrevista. Foram construídos mapas das áreas física, social e econômica, onde cartões com cores e tamanhos diferentes representam problemas e incidências diferentes. Depois de pronto, pode-se visualizar imediatamente no mapa, qual o problema mais incidente nas regiões de entrevista, e na Lomba do Pinheiro como um todo, pela predominância de determinada cor.



Mapa de Problemas produzido nas Oficinas de Trabalho



Mapa de Potencialidades produzido nas Oficinas de Trabalho

Priorização de Ações

Em maio de 2003 foi realizada uma Oficina de Priorização de Ações para a sistematização dos problemas da região da Lomba do Pinheiro. Foram formados três grupos com o objetivo de discutir e organizar as questões físicas, econômicas e sociais da região. A equipe de cada tema reuniu-se e num painel listou os problemas e as potencialidades e suas incidências. O trabalho consistia em organizar a lista de problemas levantada a partir das entrevistas e montar um painel para a priorização. Depois foi feita a apresentação dos dados do meio construído, já mapeados pela SPM, seguida da apresentação pela UFRGS do mapa de interesse de conservação do meio natural, bem como os critérios usados na construção deste mapa. Depois do intervalo, um relator de cada grupo de trabalho apresentou os resultados nos painéis,

destacando os problemas selecionados em cada tema. Depois de explicado o processo de votação, por cartões coloridos por tema, colocados no envelope preso no painel, todos participaram da votação, escolhendo um problema por tema. A apuração foi feita imediatamente após a votação, e as prioridades tiradas foram:

- Área física: Falta de programa de educação Ambiental
- Área social: implantação do posto de saúde 24 horas
- Área econômica: Implantar Centro de Formação e

Promoção dos assuntos econômicos e comerciais para a região

Encaminhamentos

Com a comunidade participando efetivamente por meio do GPL foi pensada e proposta a realização de uma Pré-Conferência na Lomba do Pinheiro para julho de 2003. Seu objetivo será avaliar as propostas oriundas dos estudos internos, elaborados durante a fase de detalhamento do projeto, bem como as apontadas pela comunidade e depois encaminhar para a Conferência do Plano Diretor que se realizará em setembro.

Uma comissão começaria a construção das propostas para enfrentar estes problemas. Esta comissão tem se reunido semanalmente com o objetivo de detalhar a proposta escolhida como prioridade. Na primeira reunião, foram também convidados representantes das Secretarias relacionadas com o problema escolhido, para que a proposta já contasse com informações específicas, e assim já tivesse perspectiva de viabilidade.

Assim, estiveram presentes agentes da SMAM que trabalham com o Programa de Educação Ambiental, da SMS para discorrer sobre o Posto de Saúde 24 horas e da SMIC para esclarecimentos sobre os Programas que poderiam viabilizar o Centro de promoção dos assuntos econômicos. A construção das propostas consiste em detalhar ações sucessivas que poderão viabilizar de fato a idéia priorizada. Para organizar estas ações, procura-se preencher uma matriz de planejamento, que define o que vai ser feito, de que maneira, ou seja, através de que ações vai ser feito, por quem e quando vai ser feito, e também busca um horizonte sobre a fonte de recursos, humanos e financeiros para implementar as ações propostas. Após detalhadas neste formato, por fim, serão apresentadas para o todo o Grupo de Planejamento Local e para a comunidade.



P R I O R I Z A Ç Ã O D A S A Ç Õ E S			
P R O B L E M A S F Í S I C O S			
Meio ambiente	Falta programa de educação ambiental (preservação)	desmatamento	
Votos	26	02	
Áreas de risco	Moradias em área de risco		
Votos	01		
Lixo	Focos de lixo	Falta conscientização e informação - seleção de lixo	
Votos	0	0	
Áreas vazias	Terrenos abandonados		
Votos	0		
Infra-estrutura	Falta de rede de esgoto e saneamento- água	Falta de calçadas	Falta de luz diariamente (queda de luz pela demanda irregular)
Votos	0	0	0
Sistema viário	Insegurança de circulação (sinalização)	Horários em geral transporte coletivo (deficiente)	
Votos	0	01	
Saúde	Grande incidência de alcoolismo e drogas Alimentação incompleta sem dinheiro para comprar alimentos saudáveis	Falta Posto e Posto 24 horas	Não existe acesso fácil a alimentos frescos e naturais Ratos, carrapatos, animes soltos
Votos	0		
Lazer	Área de lazer		
Votos	0	01	

P R O B L E M A S S O C I A I S			
Escola prof. e creche	Creche comunitária, escola profissionalizante	Escolas ensino médio	Problemas com drogas
Votos	04	04	0
Saúde	Grande incidência de alcoolismo e drogas Alimentação sem dinheiro para comprar alimentos saudáveis	Falta Posto e Posto 24 horas	Não existe acesso fácil a alimentos frescos e naturais Ratos, carrapatos, animes soltos
Votos	0	18	0
Lazer	Área de lazer	Falta conscientização e informação - seleção de lixo	
Votos	03	0	
Organização com. e participação	Falta organização	Falta participação e união	
Votos	0	01	

P R O B L E M A S E C O N Ô M I C O S			
Serviços	Falta policiamento e Posto Policial (Posto integrado)	Posto de Correio	Ampliação e acesso ao público da telefonia (orelhão)
Votos	02	01	0
Comércio	Produtos vencidos, de má qualidade e mal conservados	Falta de promoção do comércio local	Falta de um centro de formação e promoção dos assuntos econômicos da Lomba
Votos	0	0	24
Trabalho e renda	Não tem trabalho, muitos desempregados	Faltam atividades	
Votos	02	01	

Diagnóstico Integrado

Como está sendo construído

O Diagnóstico Integrado está sendo construído a partir da unificação de duas visões distintas da região. Por um lado se elabora uma avaliação do que permanece no seu estado natural (meio natural), e por outro, do que já foi alterado pela ocupação do homem (meio construído), considerando tanto a alteração em si, quanto o impacto desta nas áreas naturais ainda existentes. Esta análise está sendo realizada, num primeiro momento, em paralelo, para num segundo momento, ocorrer o relacionamento, cruzamento e avaliação em conjunto, obtendo um diagnóstico bastante abrangente da região como um todo. Para isto todos os dados, informações e análises estão sendo digitalizados em programas de Sistema de Informações Gerenciais, do tipo SIG, que permitem associar bancos de dados com as superfícies desenhadas nos mapas, de modo a facilitar a espacialização destas informações, bem como possibilitar o cruzamento de dados, gerando novos mapas temáticos com as informações correspondentes.

A avaliação do meio natural está sendo elaborada pela UFRGS, que foi contratada através do Centro de Ecologia, Instituto de Geociências e Instituto de Pesquisas Hidráulicas, por ser uma área de conhecimento muito específica, tradicionalmente pesquisada por estas Instituições. A UFRGS está buscando informações para embasar suas avaliações tanto do meio biológico, que envolve a vegetação, fauna e relações entre fauna e flora, quanto do meio físico que engloba geologia e recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

Já a avaliação do meio construído está sendo desenvolvida por técnicos da Prefeitura, que atuam nas diversas Secretarias e Departamentos relacionados com a implantação e regulação da urbanização. Este Grupo de Trabalho multidisciplinar está construindo critérios que definirão indicadores do meio construído, organizados pelos eixos temáticos da infra-estrutura, estruturação urbana e qualidade de vida.

Num primeiro momento foram unificadas as cartas do levantamento aerofotogramétrico do Município para aquela região, que foram disponibilizadas em meio digital. Estas, depois de retificadas, receberam atributos que permitiram montar um modelo digital da região. Sobre esta base foram espacializadas as normas da legislação ambiental existente, como a Área de Preservação Permanente; as faixas marginais dos cursos d'água; declividades acima de 30% e outras. Esta avaliação, quando cruzada com o mapeamento das áreas efetivamente

urbanizadas, já revelou um conflito. Há áreas de preservação que estão ocupadas por assentamentos habitacionais, sendo possível dimensionar este conflito, calculando qual o tamanho da área de preservação ocupada e que percentual representa no total da preservação.

Em 1999 foi elaborado um foto-mosaico, digitalizado a partir de fotografias tiradas de um vôo de baixa altitude, que retrata toda região da Lomba do Pinheiro. Para a construção deste diagnóstico o foto-mosaico foi georeferenciado e está servindo de base para mapeamento do solo. A interpretação desta imagem originou uma classificação dos diferentes tipos de uso do solo, tanto urbanizado, como não urbanizado. Tal informação é básica para o desenvolvimento do estudo do meio natural elaborado pela UFRGS, assim como para avaliações do meio construído.

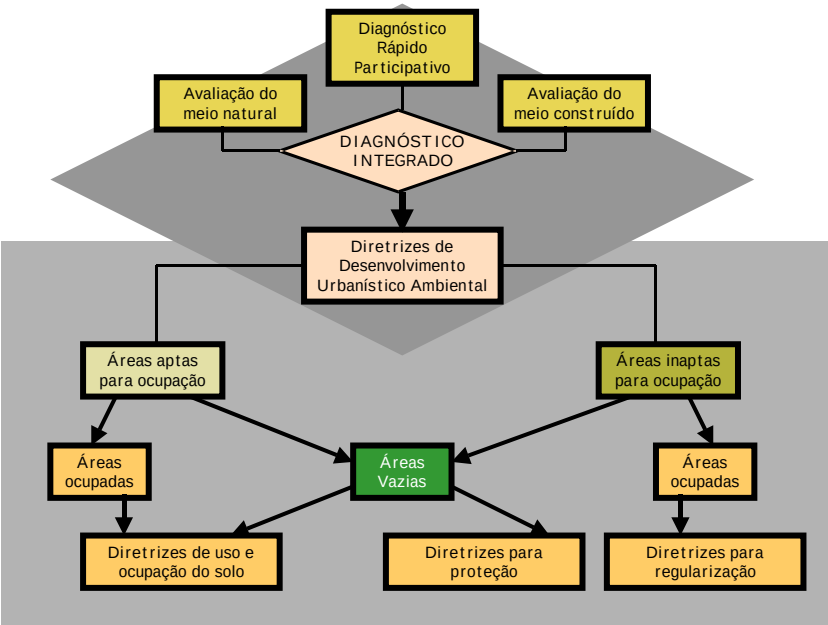


Detalhe do Mapa de Uso do Solo elaborado pela UFRGS para o Diagnóstico Ambiental

Este mapa de uso do solo serviu de base para a aplicação de critérios de valoração do meio natural, com o objetivo de determinar, do ponto de vista da conservação do ambiente natural, quais são as áreas que têm maior potencial de permanecer protegidas, estabelecendo um gradiente até as áreas que estão mais ameaçadas de ser comprometidas com o crescimento urbano da região. Os critérios que definiram este valor de conservação incluíram a existência, quantidade e tipos de aves, inclusive aves raras que se encontram na região; tamanho da área, relação entre superfície e perímetro da mancha mapeada,

a situação existente, foram cruzados entre si e, por fim, geraram o mapa de conservação do ambiente. Também estão sendo feitas avaliações do meio físico, que envolvem basicamente a geologia e os recursos hídricos. O estudo do tipo de solo da região é importante por suas implicações na urbanização. Embora já tenha sido determinado a que grupo geológico a região pertence, é necessário definir a camada de transformação do solo que se encontra na superfície, e sobre a qual implantamos efetivamente nossas redes de infra-estrutura. Isto será realizado através do levantamento de informações das sondagens já realizadas na região para implantação de projetos de engenharia, e de novas sondagens em pontos estratégicos.

Quanto aos recursos hídricos, se sabe que a região é muito importante nesta questão, já tendo sido identificada como um anel de nascentes de Porto Alegre no Atlas Ambiental. De fato, ali se encontram as nascentes do Arroio do Salso e parte das nascentes do arroio Dilúvio, dois dos principais arroios da cidade. Determinar qual a importância de cada curso d'água para região, tanto na questão da drenagem quanto na questão ambiental, e o quanto estes recursos já foram afetados com a ocupação urbana é produto desta avaliação, com o objetivo de determinar diretrizes de recuperação e preservação mais efetivas.

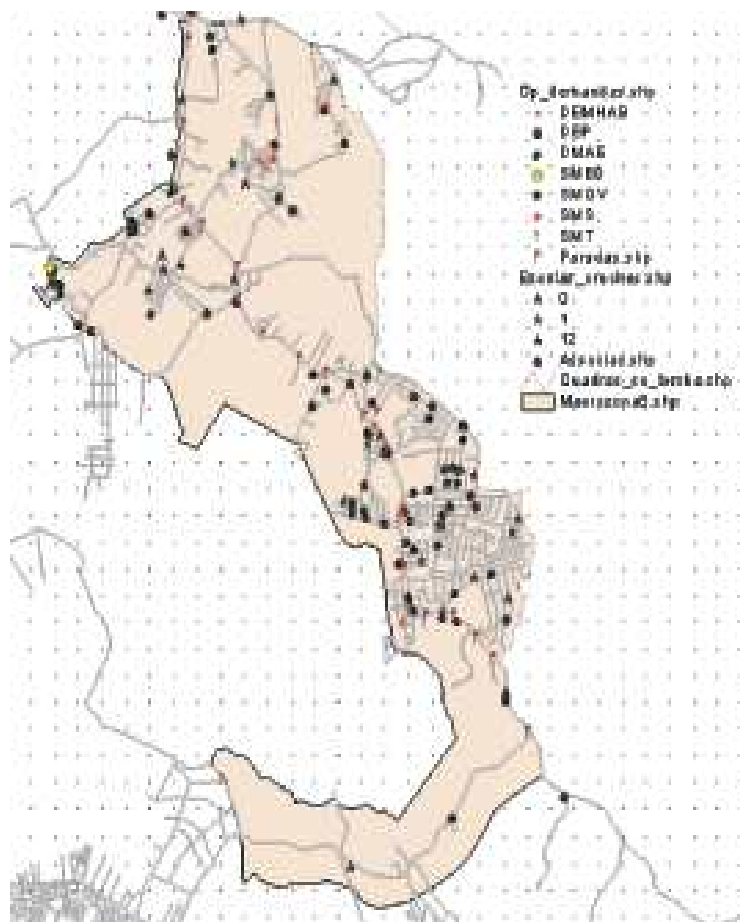
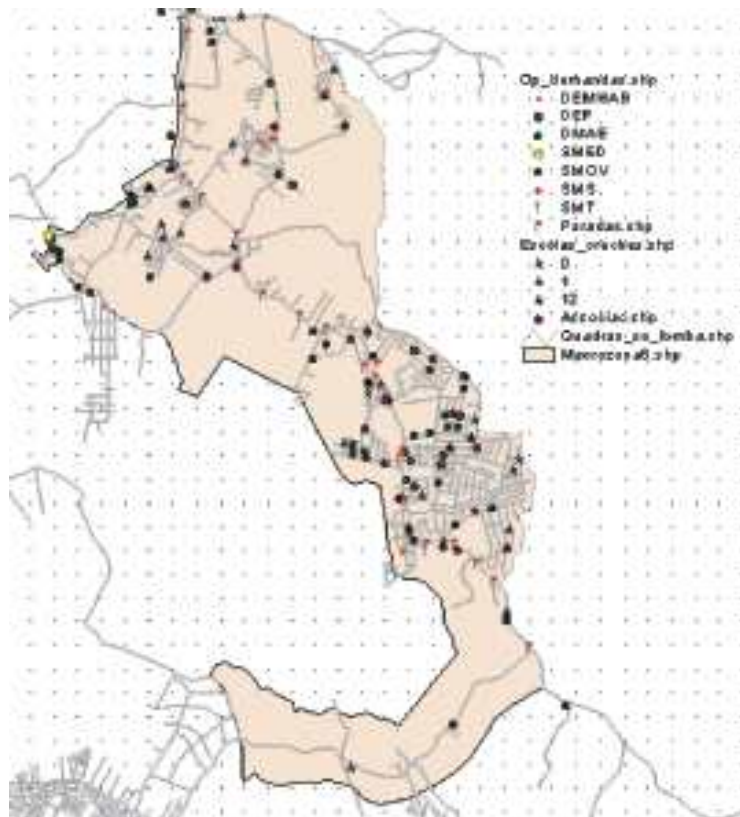


Construção do Plano de Desenvolvimento

Meio Construído

Com relação à análise do meio construído, que é parte do diagnóstico integrado da região, foram levantados, mapeados e valorados os chamados dados secundários, ou seja, aqueles que são relativos à situação existente e que tem sua origem nos levantamentos e cadastros existentes. Para realizar esta avaliação, busca-se estabelecer parâmetros ou indicadores de grau de urbanização, estruturação urbana e qualidade de vida, de forma progressiva, para comparar a situação existente com estes indicadores e construir um mapa temático, de acordo com esta relação. As informações mais básicas como localização georeferenciada dos eixos das ruas, com nome dos logradouros, das quadras e outras, foram extraídas do Sistema de Informações Gerenciais de Porto Alegre, SIGPOA. Estas informações são o suporte referencial de compreensão para os mapas temáticos que foram construídos.

Primeiramente foram consultados os cadastros existentes nos órgãos competentes para redes de infra-estrutura, como por exemplo, rede de água, elétrica, esgoto cloacal e pluvial, pavimentação, linhas de ônibus e localização de paradas. Estas informações foram digitalizadas em mapas e cruzadas entre si para se definir os diferentes níveis de urbanização existentes nos núcleos habitacionais, a partir do atendimento destas redes básicas e complementares de infra-estrutura. Também, quando confrontadas com as áreas efetivamente ocupadas - informação que pode ser extraída do mapa de uso do solo produzido pela UFRGS - permitem analisar as deficiências no seu atendimento, bem como as tendências de crescimento urbano. Estas poderão ser incentivadas ou não, mas possibilitarão o planejamento antecipado da ampliação de infra-estrutura, para o atendimento mais pleno da população, já levando em consideração as condições mais favoráveis para sua implementação.



Mapeamento das Redes de Infra-estrutura básica e Equipamentos Comunitários

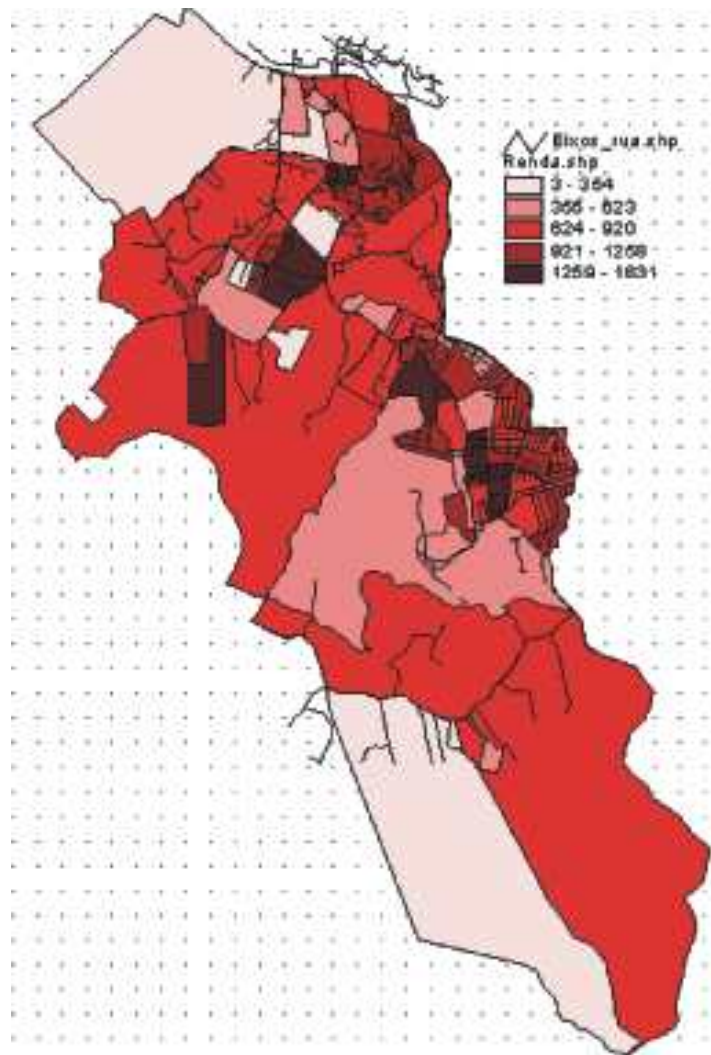
Também foram acrescentados outros dados, relacionados com organização comunitária. A existência de associação de moradores já define um certo grau de organização e sua atuação pode significar a conquista de melhorias para a comunidade. Isto fica bem claro quando comparamos a localização das demandas do Orçamento Participativo para região e a localização das associações de moradores. Verifica-se no mapa que determinadas localidades conquistaram várias demandas no OP, enquanto outros núcleos conquistaram pouca ou nenhuma demanda. Isto certamente é um reflexo da atuação ativa da organização comunitária principalmente através das associações. No entanto, estamos avaliando neste momento a existência da associação e não sua atuação. Quanto a isto, na região, o número de associações é bastante significativo, sendo que quase todos núcleos habitacionais estão ligados a uma associação ou cooperativa habitacional.

Ocupação da Lomba

A região da Lomba do Pinheiro se urbanizou rapidamente, principalmente nos últimos 25 anos, porém num contexto de irregularidade urbanística e fundiária. Ocorreu a implantação de um grande número de loteamentos clandestinos e ocupações irregulares, gerando conseqüências negativas ao ambiente natural e à qualidade dos assentamentos. A situação destes também foi levantada, a partir de registros disponíveis no SIGPOA, no Mapa da Exclusão e no DEMHAB. O Projeto Integrado realizou uma análise da situação legal e administrativa dos diferentes assentamentos habitacionais, fazendo uma classificação a partir da perspectiva de regularização determinada pela situação de cada caso. Esta informação cruzada com o grau de urbanização, por exemplo, revela qual o tipo de assentamento que mais avança na conquista progressiva da infra-estrutura, e pode-se analisar que relação existe entre estes dois fatores. Também foram identificadas áreas vazias, que representam o potencial de crescimento urbano de parcelamento do solo ao longo do tempo, e através deste diagnóstico, poderemos estabelecer diretrizes de ocupação compatibilizadas com a situação física destas glebas e com a preservação, de forma a garantir a sustentabilidade da ocupação em longo prazo.

O conjunto de informações que se referem aos dados sócio econômicos foi organizado a partir dos resultados do Censo 2000, realizado pelo IBGE. Foi fornecido o mapeamento dos setores censitários que compreendem a área de estudo e os dados do Censo para estes setores foram extraídos do levantamento geral. Dentro de uma grande quantidade de informações disponível através do Censo, foram

escolhidas aquelas que definirão o perfil da população na região, o que será importante no momento de planejar a expansão dos serviços e equipamentos públicos para lá. Os primeiros dados são relativos à população, englobando quantidade total, por sexo e por faixa etária. Também podemos cruzar estes dados com a área efetivamente ocupada pela urbanização dentro do setor censitário. Isto nos dá uma idéia exata da densidade populacional realmente existente nos diferentes assentamentos habitacionais da região, além de verificarmos o grau de atendimento desta população aos diversos serviços públicos oferecidos.



Setores Censitários com Distribuição da População - Fonte: Censo 2000 - IBGE

Ainda foram considerados os dados de instrução dos moradores, como pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas, distribuídas por sexo e por faixa etária. Estas informações nos permitem, por exemplo, aferir o atendimento escolar, se compararmos a população por faixa etária com o número de vagas disponível nas escolas locais e nos programas de alfabetização. Também o fato de trabalharmos com a distribuição espacial destes dados, nos permite verificar se as escolas

estão localizadas adequadamente em relação à concentração dos moradores, bem como projetar a expansão da rede escolar através de novas unidades e sua estratégica localização. Ainda relativo ao perfil dos moradores, foram tabulados dados sobre os responsáveis e renda por domicílio, o que nos permite identificar a distribuição das faixas de renda na região, e definir áreas prioritárias para programas de assistência social e promoção de geração de renda.

Foram igualmente levantados e mapeados dados sobre equipamentos e serviços disponíveis na região, utilizando o mesmo critério de verificar a área de atendimento destes. Além das escolas, já mencionadas, foi mapeada a localização dos alvarás emitidos pela Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC), o que nos permite identificar as principais atividades econômicas desenvolvidas, bem como a localização das chamadas centralidades urbanas, que concentram estas atividades. Também a localização dos postos de saúde e sua área de abrangência, embora nesta questão tenha ficado claro que a melhoria das condições de saúde da população depende mais de fatores indiretos, como higiene e saneamento, condições de habitação e educação, do que propriamente da existência do posto de saúde.

Projeções no PDDUA

Por fim, podemos mencionar a comparação e análise das projeções do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) de Porto Alegre para aquela região. Estão definidos no PDDUA os regimes urbanísticos que determinam índices construtivos, densidade populacional, ocupação do solo e diversidade das atividades implantadas. Esta definição estabelece o limite máximo destes parâmetros nas Unidades e Subunidades de Estruturação Urbana, que são as unidades espaciais do Plano.



Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental - PDDUA

Estas também foram levantadas e mapeadas, possibilitando fazer a verificação de quanto destes parâmetros já estão atendidos e qual a possibilidade disto acontecer, frente a outros fatores agregados, como a preservação, por exemplo. Para ilustrar, podemos verificar tanto a densidade populacional existente num setor censitário, como a da área urbanizada dentro deste setor, qual a densidade máxima prevista pelo PDDUA para este, quais as áreas dentro do setor ainda possíveis de serem ocupadas, e portanto que tipo de ocupação será implantado nestas áreas para atingir este teto de densificação. As conclusões desta análise ilustrativa poderão ser: ou a densidade proposta é muito alta e precisa ser compatibilizada com a capacidade de adensamento do setor, ou é muito baixa e pode ser ampliada para otimizar a urbanização das áreas ainda vazias. O resultado final destas considerações, relativas ao Plano Diretor, devem ser propostas de adequação deste, a partir deste diagnóstico que detalha a região.

Plano de Gestão Urbanístico Ambiental

Propostas

A Lomba do Pinheiro é um bairro que está em fase acelerada de crescimento e representa uma área atraente para novos moradores, comerciantes e investidores. Abriga uma população consciente e disposta a conquistar valores que estão esquecidos e que muitos deixaram para trás quando partiram de outras regiões do Estado para encontrar a tranquilidade e a qualidade de vida tão desejada. Por isto, o quadro de propostas aqui apresentado, de forma simples, mas comprometida com resultados, foi um apanhado de tudo que já se debateu até o momento. Não se trata de um produto acabado.

As propostas foram divididas em três blocos que serão detalhadas na etapa seguinte. As primeiras - referentes ao tema de aptidão a ocupação do solo - fazem parte do Estudo Ambiental (avaliação do meio natural e do meio construído), somado a uma integração dos órgãos municipais e federais, que estão elaborando o Diagnóstico Integrado. É o caso da UFRGS, em conjunto com diversas Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Esta etapa identifica as áreas aptas e inaptas para ocupação e sua demarcação será acompanhada de características e diretrizes de ordem

física, social e econômica.

O primeiro grupo de propostas irá resultar numa revisão dos condicionantes do Plano Diretor em vigor, sugerindo sua modificação em alguns aspectos, através do chamado Plano de Gestão Urbanístico Ambiental, que desde já aponta um futuro de desenvolvimento a partir do conhecimento da realidade atual. Propõe medidas de transformação desta realidade, que estão em fase de elaboração. Além disto, as propostas precisam ser referendadas e acompanhadas pela população envolvida.

O segundo bloco foi agrupado pelo tema da estruturação urbana e requer um gravame, no traçado do Plano Diretor, para garantir que os equipamentos públicos sejam propostas com a devida antecedência e aconteçam no futuro com menores dificuldades. As últimas, se referem à qualidade de vida e políticas públicas complementares. Na sua maioria são oriundas das entrevistas semi-estruturadas que foram aplicadas na comunidade em janeiro e fevereiro de 2003, uma das fases do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP).

O conjunto de propostas, neste momento, significa uma grande diversidade, tanto em termos de conteúdos, como em níveis de abrangência e tipos de solução. Procuramos aproximar as idéias e sistematizar por grupos e temas de abordagem. Como o método adotado prevê vários encontros com a comunidade local, no próximo evento está prevista uma nova análise, apropriação de conteúdos e aprovação das propostas em plenária ampliada. Este procedimento tem como objetivo referendar, na comunidade, o conjunto de propostas, sem deixar de encaminhar as que já foram indicadas como prioritárias em 24 de maio de 2003, através da oficina "Priorização de Ações", e detalhadas por uma Comissão especialmente indicada para este fim.

A seguir, estão sistematizadas as propostas gerais, acompanhadas de justificativa. Também foram agregadas as propostas oriundas do Diagnóstico Rápido e Participativo.

Propostas e Justificativas

TEMA DE ABRANGÊNCIA	JUSTIFICATIVA	PROPOSTAS
APLICADA OCUPAÇÃO DO SOLO		REGIME URBANÍSTICO
<i>Áreas para os povos</i>		
- Aptos	Considerando as peculiaridades do meio natural e do meio construído, que marcam as condições integradas, é necessário definir os parâmetros do suporte do espaço das áreas.	Definir distorções do controle do parcelamento do solo e edificação (edificações, índices de aproveitamento, etc. urbanísticos).
- Inaptos	Afirmar na Organização Integrada, a possível identificação de áreas que não tenham condições físicas para os povos da região.	Estabelecer distorções no controle do solo e ocupação.
<i>Áreas de interesse público geral</i>		
- Áreas de interesse público natural	Para garantir a manutenção do patrimônio natural, que constitui um dos elementos importantes, com repercussões ambientais na cidade.	Definir as áreas, suas fronteiras e dispositivos de controle para a preservação permanente e/ou conservação, compatibilizados com as características que lhe conferem importância e definir um zoneamento interno de usos.
- Unidades culturais	Buscando não perder a oportunidade de potencializar os bens culturais existentes, de acordo com seu valor histórico, arqueológico ou artístico, rememorar no parágrafo 4º, art. 9º da Lei 4347/92.	Definir as áreas e suas fronteiras, que constituem patrimônio cultural.
<i>Áreas de interesse público geral</i>		
	Algumas atividades implantadas no território não são possíveis de serem desenvolvidas no regime urbanístico da PMDUA, necessitando serem específicas.	Deverá fazer equiparar as áreas ou áreas que são objeto de projetos governamentais, como os do tipo p. CETAF.
<i>Áreas de interesse público geral</i>		
- Áreas Especiais de Interesse Social	Scrutinando a organização funcional e urbanística com a proposta dos moradores.	Localizar e delimitar áreas destinadas à produção e à manutenção de habitação de interesse social e definir normas próprias de uso e ocupação do solo.
- Áreas urbanas de Ocupação Prioritária	Visando a ocupação de áreas subutilizadas, nos termos do LC 502/93, oferecer preferencialmente áreas para habitação de interesse social e a garantia de acesso ao trabalho, educação, para tanto a municipalizar o plano de zoneamento de AFIS III.	Deverá fazer insinuar na região para produção ou parcelamento do solo e/ou polifunção compulsória.
- Áreas de Controle de Crescimento Urbano	Afirmar na Organização Integrada possível de identificar áreas que apresentem como limitantes dos equipamentos urbanos e comunitários culturais que apresentem condições impróprias à ocupação.	Definir áreas especiais de controle do crescimento urbano, fixando normas, regulamentando a edificação e o parcelamento do solo.
ESTRUTURAÇÃO URBANA		
		GRUPO DO PMDUA
<i>Organização</i>		
- Organização de usos	Definir a configuração das existentes e as relações entre as áreas do poder. Anexar proposta de SRI.	Definir a proposta de organização dos usos e serem implantadas no plano. * Utilizar a proposta de organização de usos de 11/09/2006 e as suas alterações para fins definitivos.
<i>Organização de espaço aberto</i>		
- Fomentar parques e praças	Integrar com áreas adequadas destinadas a recreação e áreas de recreação de lazer.	Identificar áreas adequadas de equipamento comunitário e a grande rede de áreas, através da resolução da CMDBUA.
- Centro cultural	Consolidar e implementar o equipamento, dando utilização adequada ao espaço destinado ao Centro Cultural.	Desenvolver o estudo para o Parque Linear do Lago do Armação, com vistas ao sistema através da resolução da CMDBUA, e do plano final.
- Centro de produção econômica	Anexar distorção do conteúdo.	Elaborar projeto de equipamento urbano, através da resolução da CMDBUA e anexar projeto de uso do Centro Cultural.
<i>Centro urbano</i>		
- Estruturação urbana e social	Ampliar e ajustar fronteiras existentes nas áreas com características de desenvolvimento.	Estabelecer distorções no sistema de controle do desenvolvimento urbano e social, através da resolução da CMDBUA e anexar projeto de uso do Centro Cultural.

QUALIDADE DE VIDA		
		POLÍTICAS COMPLEMENTARES
Segurança nas vias	Evitar acidentes	* Elaborar projetos de implantação de semáforos e de controladores de velocidade
Transporte coletivo	Qualificar o atendimento de transporte coletivo na região	* Criar linhas de transporte inter-bairros e/ou inter-urbanos
Proteção do patrimônio natural	Para garantir a manutenção do patrimônio natural, que constituem ecossistemas importantes, com repercussões em nível macro na cidade.	* Elaborar programa de educação ambiental
Áreas de risco	Para garantir a adequada estabilidade das áreas ocupadas	* Executar projetos de recuperação sobre áreas em situação de risco geológico
Saneamento básico	Atender a carência de saneamento básico	* Desenvolver projeto de disposição do lixo Taquara
Lixo	Permitir a qualificação da saúde da população	* Elaborar programa de divulgação sobre coleta e importância da separação do lixo
Infra-estrutura	Atender a carência de infra-estrutura básica	* Executar projetos de ampliação de redes
Regularização fundiária	Auxiliar na melhoria da segurança pública	* Ampliar a rede de iluminação pública
	Atender a demanda de regularização na região	* Desenvolver projetos de regularização de loteamentos e de fiscalização de ocupações irregulares e clandestinas e programa de conscientização da população
Habitação	Minimizar a falta de oferta de unidades habitacionais	* Produzir novas habitações
Área Social		
Educação	Alting a meta de atendimento do serviço para a população	* Elaborar projetos de ampliação de vagas na rede de ensino
	Atender a carência de escolas nas vias irregulares da região	* Identificar áreas para creche e escola nos projetos de regularização
	Qualificar o tempo livre dos alunos	* Promover atividades extra-classe
	Encaminhar alunos para o mercado de trabalho	* Elaborar programa de encaminhamento para estágios
Saúde	Melhorar o atendimento do serviço de saúde	* Executar projetos de ampliação da rede de postos de saúde, especialmente nas vias principais, incluindo posto 24 horas
	idem	* Intensificar os programas dos agentes de saúde, principalmente de nutrição e de prevenção
	idem	* Ampliar atendimento nos postos com profissionais comprometidos, equipamentos e exames, divulgando através de cartilha explicativas
Lazer	Atender a carência de áreas públicas de lazer	* Identificar reservas de áreas para implantação de praças
	idem	* Elaborar projetos de praças com ênfase em atividades esportivas e culturais
	Propiciar diversificação de atividades de lazer à população local	* Elaborar programa de atividades comunitárias, como ginásticas e campeonatos para jovens e idosos
Organização comunitária	Qualificar a organização da comunidade, com vistas obtenção de melhores resultados	* Formar grupos em forma de cooperativa de trabalho e de habitação
	Propiciar resultados mais imediatos	* Promover maior rapidez no atendimento das demandas
	Melhorar a participação comunitária	* Promover a divulgação e a realização de oficinas, incluindo elaboração de cartilha de serviços públicos
Área Econômica		
Serviços	Minimizar a carência de segurança pública na região	* Ampliar a ação da Brigada, através da polícia, visitas, rondas e pontos de atendimento
	Fortalecer a produção econômica, através da participação da comunidade	* Criar conselhos locais (ex.: segurança), cooperativas e programas de autogestão
Comércio	Facilitar o atendimento público em geral	* Criar Ouvidoria Comunitária - Disque-denúncia
	Atender a região com mais variedade de comércio e serviços	* Criar medidas para incentivo à ampliação do comércio e serviços locais, incluindo a implantação de mercado de grande porte e de centro comercial
	Qualificar o desenvolvimento da região, mostrando o valor dos produtos locais	* Promover campanhas que visem a valorização do comércio e dos produtos locais (ex.: criação da marca de Lombo)
	Garantir a segurança alimentar	* Promover parceria entre comunidade e Prefeitura com vistas à fiscalização conjunta de produtos comercializados na região, através de ações que inclui telefone para denúncias
Indústria	Propiciar ofertas de trabalho e renda	* Promover a implementação de indústrias, de centros de produção e de investimento para pequenos produtores e empreendedores
Trabalho e Renda	Propiciar oportunidades de trabalho qualificado, que visem melhor acesso ao mercado e aumento da renda	* Promover cursos profissionalizantes
	Facilitar a criação de empreendimentos na região, que visem a geração de trabalho e renda	* Propiciar linhas de crédito especiais para pequenos e médios empreendedores em agricultura, indústria, comércio e serviços

HISTÓRIA E DEPOIMENTOS

Resgate do Passado - Histórico

A implantação dos planos de embelezamento da cidade trouxe vários resultados perversos, apesar do ânimo e da vitalidade conferida aos seus habitantes pelo incessante reprocessamento do espaço urbano. A seqüela mais evidente deste período foi a migração interna à cidade, quando a população de baixa renda não pôde permanecer em seus sítios originais, agora, amplamente valorizados. Antes que se pudesse perceber as comunidades assalariadas, que tradicionalmente habitavam o Centro de Porto Alegre, acabaram deslocadas, abrindo espaço para uma burguesia que aumentara significativamente.

João de Oliveira Remião, nascido em Viamão, aos 22 anos de idade se estabeleceu na Parada 6, onde comprou as terras e o armazém de um comerciante antigo da região. Naquela época viviam não mais do que seis famílias. Ao final de década de 40 a área abrigava cerca de 200 habitantes. Sempre considerada, nos documentos do Poder Público, como zona rural ou mesmo área indefinida, na imaginação popular, o lugar era tido como uma extensão do Arraial do Partenon, ou mesmo da Freguesia de Belém Velho.

As grandes glebas de terra pertenciam a umas poucas famílias de origem portuguesa, os Remião, os Vicente, os Bittencourt e os Silva, que as utilizavam, prioritariamente, para criação de gado, porcos e galinhas, produzindo leite, carne e ovos, além de hortifrutigranjeiros em geral. Vivia-se como no interior. Com aclives suaves e elevações de 40 a 140 metros de altitude, seu aspecto é de uma encosta ondulada. Desta forma as ruas acabaram surgindo na forma de lombas. Os primeiros habitantes se fixaram nos pontos mais altos, por onde passa, hoje, a Estrada João de Oliveira Remião. Em meados dos anos 40, a estrada era uma via de chão batido com margem avermelhada. Em sua entrada havia um pinheiro nativo Araucária que teria dado nome ao bairro.

Em 1945 começaram a surgir dados sobre as principais

rodovias do Município, incluindo a Estrada das Quirinas, das Tamancas (Dolores Duran), e das Tiriricas (João de Oliveira Remião). A vocação de fornecedor da Lomba propiciava a Porto Alegre, em 1948, o abastecimento de verduras, frutas, ovos e hortifrutigranjeiros em geral, vendidos nas quitandas do Centro da cidade. Enquanto isto, localmente, surgiram as primeiras casas comerciais.

Por esta época só se conseguiam médico nos piores casos, pois era preciso se deslocar de carroça para o Partenon ou para a Santa Casa. A medicina praticada era caseira e eram utilizadas benzeduras, chás, infusões homeopáticas. Havia a figura do curandeiro, que misturava água e essências de ervas do mato, mantidas em um vidro grande, e chamadas de poção. Os médicos residentes mais próximos cuidavam da saúde da família durante gerações, desde as crianças até os avós.

Em razão da ascendência lusitana, algumas tradições mantiveram-se por muito tempo presentes entre os habitantes da Lomba. Uma delas é a comemoração das Festas dos Reis. Os habitantes antigos sempre professaram a fé católica. Toda casa tinha seu altar. Na década de 50, a Lomba seguia sua vocação de natural de venda dos produtos agrícolas, através de carroças e de fornecedora de lenha extraída de suas densas matas. As diversões eram poucas: futebol de bola de meia, reunião dançante com gaiteiros e violeiros, e para quem podia os velhos gramofones de corda ou manivela.

Em 1950, pela primeira vez, uma linha de transporte coletivo chegou à localidade, fazendo três viagens por dia. A concentração de populações em regiões insalubres e incremento no sistema de transporte passaram a caracterizar a Lomba do Pinheiro como periferia urbana. Uma área sem infra-estrutura e serviços básicos, sem a menor condição de salubridade, nas quais o proletariado acabava por se estabelecer.

No final da década de 50 havia 4000 habitantes. A água era obtida em vertentes naturais ou escavação de poços artesianos. Em 1952 foi oficialmente inaugurada a 1ª Escola Estadual, chamada de Rafaela

Remião. Em 1956 foi cedido o terreno para construção da primeira igreja do bairro. Em meados desta década, devido aos grandes espaços vazios, surgiram as primeiras chácaras de veraneio e também loteamentos clandestinos e irregulares, onde começaram a se aglomerar subabitações.

Na década de 60 os loteamentos eram entregues aos compradores sem qualquer infra-estrutura. Os negócios eram acertados com contratos de compra e venda, e os preços eram bem acessíveis quando comparados com zonas mais centrais da cidade. Os loteadores infringiam as determinações legais estendendo os lotes até as proximidades das margens dos arroios. Criavam também áreas de risco com ocupações de terrenos íngremes e ou inadequados para construções de moradias. A paisagem dominante ainda era rural.

Os movimentos migratórios, no sentido campo-cidade, que começaram já na década anterior, como princípio da industrialização no país, se intensificaram neste período, e atingiram seu apogeu nos anos 70 e 80. O incremento da população induziu à necessidade de uma luta mais constante por condições básicas. Em 1962 surgiu a Associação dos Moradores das Vilas São Pedro e Panorama, apesar da história das conquistas da região se caracterizar pela relação de compadre com o prefeito, nesta época. Em 1967 houve o capeamento asfáltico da Estrada João de Oliveira Remião, até a altura da Parada 6. Na década 70, o crescimento se deu de forma rápida e desordenada, fruto das ocupações irregulares.

Em 1970 a região contava com 17.000 habitantes. Em 1975 somavam 25.000 habitantes. Aos poucos a urbanidade vai invadindo a região, e as tradições dos tambos de leite e das chácaras vão declinando. Algumas ordens religiosas, tendo por base que os encargos sociais são condições para o desenvolvimento religioso, começam a atuar na região sob a forma de movimentos pastorais. O trabalho pastoral devia formar lideranças, conscientizar e organizar politicamente a comunidade. Junto com ação da FRACAB Federação Riograndense de Associações Comunitárias e de Amigos de Bairros, fomentou a criação de diversas associações de moradores, a partir de 75. Em decorrência, iniciou-se uma série de movimentos reivindicatórios, pedindo saneamento, legalização dos terrenos, escolas, postos de saúde, iluminação, asfalto e melhor sistema de transporte.

Em 1980 surgiu a União de Vilas da Lomba do Pinheiro, primeira entidade a congregar cerca de 17 associações, o que veio a mudar o perfil de atuação política desta extensa região. Esse surto de organização diversificou as atividades realizadas pelas comunidades, levando a Lomba a eleger, ao longo desta década, vários políticos entre vereadores e deputados.

A partir da metade da década, após a falência do país e de seu sistema habitacional, novas levas de migrantes começaram a chegar

à Lomba. Isto elevou a população à cifra de 40.000 habitantes, o que potencializou os problemas já existentes. A poluição tomou conta dos arroios e vertentes, que recebem detritos, causando acúmulo nas margens, estagnação, mau cheiro e extinção de peixes. A poluição acaba sendo canalizada, também, para a Barragem da Lomba do Sabão, reserva estratégica da cidade e de onde o bairro tira sua água.

Com a primeira Administração Popular, em 1989, surgiu o Orçamento Participativo e, com ele, começa a ocorrer uma inversão das prioridades administrativas. Com este espaço de interlocução do movimento popular, as lideranças comunitárias da região passaram a cogitar uma possível transferência de algumas vilas de Viamão para o Município de POA, assunto muito controverso. Em 1989, a Secretaria do Planejamento Municipal (SPM) realizou um diagnóstico da região concluindo que a Lomba do Pinheiro era o maior aglomerado de loteamentos clandestinos e irregulares da cidade, e não de ocupações. É elaborado um plano de regulamentação fundiária, que acabou não sendo implementado.

Memória dos Bairros Lomba do Pinheiro
Secretaria Municipal de Cultura
Prefeitura Municipal de Porto Alegre

História contada por moradores

Sob a coordenação da equipe do projeto, o Grupo de Planejamento Local (GPL) reuniu, em fevereiro de 2003, cerca de 20 moradores idosos da região, no Instituto Popular de Arte e Educação. No local, deram seus depoimentos e contribuíram para resgatar a história e identificar fatos importantes que marcaram a ocupação da Lomba do Pinheiro.



Oficina “A Lomba do Passado”

Moradores



Carmem
Soares Bones



Léo
dos Santos Corrêa da Silva



Maria
Benta



Gilberto
Leonardo dos Santos



Nuvia
Elsa Gonçalves
Rodrigues de Collin



Nadir
Oliveira da Silva



Olivia
Cardena dos Santos



Ida
Silveira Goulart



Pedro
José Vicente



Walter
Batista Silva

Uma síntese deste resgate do passado segue abaixo:

1930	1940	1950	1960	1970	1980 / 90
Plantação de madioca para produção de farinha e de cana para fazer cachaça	Surgiram as primeiras casas comerciais	Chega à localidade a primeira linha de transporte coletivo - P6	Surgiu a Associação dos moradores das vilas São Pedro e Panorama	Apogeu movimentos campo-cidade	Apogeu movimentos campo-cidade
	População de 200 habitantes	Inaugurada a 1ª escola estadual - Rafaela Remião	Capeamento asfáltico da Est, João de Oliveira Remião até a P6	População chega a 25.000 habitantes	Surgiu a união das vilas da Lomba e Pinheiro
	A Estrada João de Oliveira Remião era uma via de chão batido com margem avermelhada	Foi cedido o terreno para a construção da 1ª Igreja do bairro	Enchente em Porto Alegre	Senzala foi destruída	Acordo para implantação e transferência de moradores para a Vila Nova São Carlos DEMHAB
		Mulheres lavavam roupa no arroio	Potencial para loteamentos	Vila São Francisco nome surgiu da sugestão de D. Maria Florista	SPM realiza diagnóstico que a Lomba era o maior aglomerado de loteamentos clandestinos e irregulares da cidade
		Parteira na P13	Crescimento da Estrada do Trabalhador	Surgiu a Empresa Auto Viação Pinheiro	Surgiu a Empresa de Transporte Sudeste
		Pinheiro na entrada da Lomba	Poucos moradores	Surgiu o posto de saúde da Vila Panorama	Degradação do meio ambiente em função das invasões clandestinas
		Carmem - Rua Caiboaté P18 (4ª família a morar ali)	Falta de água (faziam poços)	Implantação da rede elétrica na região	
			Vila Mapa - Vila das Viúvas	Asfalto chega até P13	

Fotos Históricas



Depoimentos

Seguem abaixo, depoimentos de pessoas que vêm dando - a exemplo de muitas outras - uma importante contribuição no trabalho de construção da Lomba do Futuro.



Gessi Teresinha Larroque

"Acredito no trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Projeto Integrado da Lomba do Pinheiro. Por isto estou trabalhando junto e dando meu apoio. A Lomba merece um bom futuro".

Esta é a avaliação de Gessi Teresinha Larroque, que deixou o Centro da cidade, há 19 anos, para morar na Vila Viçosa, cercada de verde por todos os lados. Este foi, segundo ela, um dos motivos da mudança. "Vendi meu apartamento na Rua Coronel Genuíno e comprei umas terrinhas na Lomba. Fui em busca de ar puro".

Foi presidente da Associação de Moradores da Vila Viçosa e integra o Grupo de Planejamento Local, criado em 2001, mas diz, com orgulho, que participou do Projeto da Lomba desde o início. Coordenou uma das equipes que aplicaram questionários para moradores da região. O produto deste trabalho será um dos ingredientes do diagnóstico integrado que está em fase de elaboração, com a participação da Prefeitura e da UFRGS.

Uma de suas maiores preocupações é com o meio-ambiente. Com o tempo, começou a perceber que a vegetação nativa da região estava sendo destruída. "A maioria das pessoas não tem consciência de que é preciso preservar", destacou. Quando há invasões - complementou - "é triste de se ver. Cortam tudo".

Sua avaliação é de que na Lomba "falta muita coisa". Falta transporte, comércio e feiras para os produtores locais poderem comercializar seus produtos. Hoje os produtores são obrigados a ir até a CEASA. Também há muitos problemas na área da habitação e famílias vivendo em áreas de risco.

"Por isto" - concluiu - "espero que o Projeto da Lomba se realize e dê resultados para que possa ajudar aqueles que tem mais necessidade em primeiro lugar".

Eduíno de Mattos é morador do Bairro Agronomia. Possui formação em Gestão Ambiental pela UFRGS e sua militância está centrada nos Direitos Humanos e na Ecologia. Com convicções fortes e objetivos bem definidos, é um dos líderes da região da Lomba do Pinheiro e, por esta razão, foi escolhido, pela comunidade, como coordenador do Fórum Regional de Planejamento da RGP 7 e representante, da região, no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA).



Eduíno de Mattos

"Tenho uma visão" - diz Eduíno - "de que a população, de uma forma geral, possui atitudes mais pontuais e imediatistas. Devido à exclusão social em que vive, procura se engajar em lutas com resultados mais rápidos, pontuais, assim como no OP. Eles querem que suas necessidades básicas sejam resolvidas de uma maneira mais rápida e, dessa forma, o planejamento urbano fica em um segundo plano".

Ele, no entanto, pensa e age de outra forma. E acredita que o "ganho que se teve na Lomba, desde a entrada em vigor do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), foi muito grande". Cita, como exemplo, o início do processo de regularização de várias vilas, como é o caso do Recreio da Divisa. E recorda que a transformação do núcleo em Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) se deu justamente no CMDUA, onde a proposta foi aprovada por unanimidade.

Além disto, destaca que graças às discussões promovidas, no fórum da RGP 7, com o apoio do Projeto Integrado da Lomba do Pinheiro, foram debatidas questões fundamentais para o futuro da região. Uma delas é a proposta de implantação do Parque Linear do Arroio Taquara "que considera fundamental para a qualidade de vida e o lazer dos moradores, e também para assegurar a preservação do arroio". A discussão evoluiu e começaram a surgir os primeiros resultados. "O DMAE deu início a obras de implantação de um emissário no local e o cadastramento das primeiras famílias - que serão reassentadas no Loteamento São Guilherme (em construção) - já está finalizado.

Eduíno também faz questão de destacar a importância do Parque Saint'Hilaire, "que precisa de mais apoio e de novos atrativos para receber mais visitantes". Faz referência, também, à represa do Sabão, que deve ser considerada como reserva estratégica de água potável.

São, ainda, suas bandeiras de luta, a melhoria do traçado viário da região, em especial da Avenida do Trabalhador, onde tem ocorrido muitos acidentes graves, inclusive com mortes. Cita, também, três outras vias que considera como pontos críticos: Estrada Afonso Loureiro Mariante, Rua Beco do Taquara e a Rua Gervásio Pinheiro. Além disto, vem cobrando tanto do governo do Estado, como da Prefeitura, a implantação da CEITEC, que foi uma das conquistas da Lomba do Pinheiro. Também quer que a comunidade possua subsídios para poder reivindicar, via OP, recursos para projetos das micro-bacias da região.

Um outro desafio a ser atingido, na visão de Eduíno, é a geração de emprego e renda através de cooperativas de mão-de-obra. Neste aspecto, exemplifica como uma conquista a idéia que defendeu na III Conferência de Agricultura, Abastecimento e Segurança Alimentar: a experiência-piloto de hortas comunitárias em Porto Alegre. Ela ficou registrada na Resolução Final da Conferência, assim como outros dois pontos específicos - também levados por ele (e aprovados durante o evento) - que são a área municipal do Centro Cultural da Lomba do Pinheiro e o Distrito Industrial da Restinga.

Com relação ao Projeto Integrado da Lomba do Pinheiro, Eduíno considera como muito importante para a região. "Ao se engajar e desenvolver essa discussão junto com os responsáveis, a comunidade passou a reconhecer fisicamente a Lomba (suas potencialidades e problemas)". Considera como ponto fundamental do projeto esta ampliação da visão da região pelos moradores. "Agora eles conseguem enxergar a importância do programa como um todo e não apenas os problemas pontuais, como na frente de suas casas". Sua única crítica é quanto à falta de apoio político. "É um projeto-piloto fundamental para a cidade. Mas sem o apoio do centro do governo, não anda".

Um pensamento finaliza o depoimento de Eduíno. "O planejamento urbano tem que ter uma diretriz única: a qualidade em promover o bem estar das comunidades, a sustentabilidade das gerações futuras e conter objetivos claros em defesa da vida".



Prof. Heinrich Hasenack - UFRGS

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul através do Centro de Ecologia, do Instituto de Geociências e do Instituto de Pesquisas Hidráulicas está tendo uma oportunidade ímpar de colaborar com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre no Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro.

Habituada a desenvolver técnicas de avaliação ambiental e aplicá-las em exemplos teóricos, o Projeto Lomba do Pinheiro é uma ótima oportunidade de aplicar este conhecimento para, em conjunto com diferentes órgãos do Município e com a comunidade da Lomba para identificar formas de garantir o desenvolvimento da Lomba em equilíbrio com a conservação dos bens ambientais.

Nos surpreenderam muito o engajamento da comunidade e o esforço dos técnicos de diferentes órgãos para encontrar soluções adequadas do uso deste espaço, garantindo qualidade de vida à população.

Contagiados por este espírito, estamos estimulados em dar o melhor de nós para somar ao grande esforço dos demais parceiros, na busca de alternativas concretas ao futuro da Lomba e do Município de Porto Alegre.

expediente

Prefeitura Municipal de Porto Alegre
Julho . 2003

Prefeito
João Verle

Secretaria de Planejamento Municipal
Carlos Eduardo Vieira
Secretária Adjunta
Claudia Damasio

Equipe ampliada:
Secretaria Municipal do Meio Ambiente,
Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio,
Secretaria Municipal da Saúde,
Secretaria Municipal de Educação,
Secretaria Municipal de Obras e Viação,
Empresa Pública de Transporte Coletivo,
Departamento Municipal de Habitação,
Departamento Municipal de Água e Esgoto,
Departamento de Esgotos Pluviais,
Departamento Municipal de Limpeza Urbana,
Centro de Administração Regional Partenon / Lomba do Pinheiro

Projeto Integrado Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro
Equipe Básica : Andréa Oberrather arquiteta/SPM
Cléia B. H. de Oliveira - arquiteta/SPM
Denise Bonat Pegoraro - arquiteta/SPM
José Guilherme Fuentesfria - arquiteto/SMAM
Raul Saldanha Pilla - arquiteto/DEMHAB
Eunice Regina Castilhos - Estagiaria arquitetura/SPM

Coordenador de Comunicação Social
Ayrton Kanitz

Coordenador de Publicidade
Emílio Chagas

Projetos Especiais e Relações Públicas
Marcelo Müller Ren

Projeto Gráfico
Rossana Picinini

Coordenação de Redação
Jornalista Maria Amália Paetzel Chaves

Produção de textos
Andréa Oberrather e Cléia de Oliveira

METROPLAN
Eliete Gomes
Estanislau Marros

EMATER Escritório Municipal de Porto Alegre
Carlos Otávio de Souza Matos
Luis Paulo Vieira Ramos
Iodá Terezinha Oliveira
Warna Fruhauf